

Democracia Socialista

Nesta edição

juventude
entrevista **mtst**
feminismo
luta pela
democracia cultura

golpe
contrarrevolução
neoliberal

golpe

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, JULHO DE 2016



Este trabalho está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

Revista Democracia Socialista é uma publicação da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores, dirigida exclusivamente aos filiados e filiadas do Partido dos Trabalhadores.

Editores deste número

Gustavo Codas
Joaquim Soriano e
Marisa S. Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise
Claudio Puty
Elmano Freitas
João Gabriel
Juarez Guimarães
Marilane Teixeira
Nalu Faria
Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Gráfica

Pigma Gráfica Editora

Tiragem

2.000 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Coordenação Nacional da DS

Álvaro Alencar
Ana Julia Carepa
Anderson Campos
Andrea Butto
Arlete Sampaio
Bárbina Rodrigues
Bernardo Cotrim
Beto Bastos
Birá
Bismarque
Carlos H. Arabe
Carlos Pestana
Chris Rondon
Cícero Lourenço
Cirilo Mota
Clarissa Cunha
Claudio Puty
Clédisson Junior
Dandara Tonantzin
Daniel Gaio
Elaine Cristina
Eleonora da Silva
Eliane Silveira

Eneida Nascimento
Estevão Cruz
Eulália Nascimento
Everaldo Fernandez
Fábiola Paulino
Gabriel Magno
Gabriel Medina
Gerusa Bittencourt
Gilberto Neves
Gino César
Girlene Lázaro
Gustavo Codas
Henrique Pulga
Iris de Carvalho
Isabelle Azevedo
Isolda Dantas
Joaquim Soriano
Josete Dubiaski
Juarez Guimarães
Karol Cavalcante
Lays Gonçalves
Lea Marques
Lucio Costa
Luizianne Lins
Marcelo Fragozo
Margarida Salomão
Marisa Mello
Marlei Fernandes
Mauro Rezende
Miguel Rossetto,
Arno Augustin
Mirelly Cardoso
Nalu Faria
Natanael Coutinho
Pepe Vargas
Quêner Chaves
Rafael Freire
Raimunda Lucineide
Raimundo Ângelo
Raul Pont
Ricardo Ramos
Rosana Sousa
Rosane Silva
Samira Sanches
Shirlei Nascimento
Sofia Cavedon
Tatau Godinho
Taumaturgo Lima
Ticiania Studart

Revista Democracia Socialista.

São Paulo, Associação Caetés,

Número 3, julho de 2016

ISSN 2317-577X

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

9

CONJUNTURA

A CONTRA-REVOLUÇÃO NEOLIBERAL

JUAREZ GUIMARÃES

19

CONJUNTURA

VOLTAM OS TEMPOS CONSERVADORES?

GUSTAVO CODAS

27

CONJUNTURA

O PAPEL ESTRATÉGICO DAS FRENTES NA LUTA POLÍTICA ATUAL
DA ESQUERDA BRASILEIRA

JANESLEI ALBUQUERQUE E MARCELO FRAGOZO

41

FEMINISMO

FEMINISMO: RESISTÊNCIA E LUTA COLETIVA DAS MULHERES

NALU FARIA E TICA MORENO

55

JUVENTUDE

JOVENS CONTRA O GOLPE CONSTROEM UMA NOVA

CULTURA POLÍTICA

BRUNA ROSA DE ALMEIDA

69

CULTURA

A CULTURA E A LUTA PRESENTE

MÁRCIO CAETANO

79

ENTREVISTA

MTST. NATÁLIA SZERMETA E JOSUÉ ROCHA

APRESENTAÇÃO

NOVOS TEMPOS

O golpe de Estado contra o governo da presidenta Dilma e contra o histórico acúmulo democrático brasileiro ocupa toda nossa atenção política conjuntural no início desse segundo semestre de 2016. A luta para impedi-lo com uma tática democrática radical tem sido uma das principais tarefas da militância petista que se organiza na corrente *Democracia Socialista*, e nossas análises da conjuntura podem ser acompanhadas através da página eletrônica www.democraciasocialista.org.br e de nossas redes sociais.

Neste terceiro número da **Revista Democracia Socialista**, queremos ir além desse foco conjuntural. Porque, nos conflitos em curso, há vários elementos políticos que ensejam aspectos de disputas de caráter estratégico e histórico.

Um primeiro bloco temático trata justamente de identificar o momento histórico em duas chaves. Primeiro, Juarez Gui-

marães analisa a trajetória do projeto neoliberal, fazendo um balanço e identificando suas atuais características. Seguidamente, Gustavo Codas expõe a nova ofensiva conservadora que varre boa parte da América Latina em uma perspectiva histórica.

Um inventário de fatos políticos relevantes assinalaria, no período recente, golpes de Estado sofridos por governos progressistas – no ano de 2009 em Honduras; no Paraguai em 2012; em 2016 no Brasil – e derrotas eleitorais – em 2015 nas eleições gerais da Argentina e parlamentares da Venezuela; e em 2016 um *referendum* para mudar a Constituição na Bolívia. São eventos que nos questionam sobre a volta de “tempos conservadores”, como os que dominaram nossa região e o Brasil nos anos 1990, e, em consequência, se assistimos ao fim do período marcado por governos progressistas.

Um segundo bloco temático aborda o que poderíamos chamar, parafraseando o saudoso Eder Sader e seu trabalho seminal sobre as origens do PT nos anos 1970/80, de “quando novos sujeitos entram em cena, parte dois”. Esse processo de resistência ao golpe, e o protagonismo dos partidos de esquerda, movimentos sociais, alianças, frentes e de novos sujeitos políticos, aconteceu com um forte componente de resistência. Não esteve acompanhado por uma formulação estratégica. No entanto, isso não impede que tenha elementos para a renovação e a reorganização da esquerda.

Janeslei Albuquerque e Marcelo Fragozo nos apresentam a constituição das duas frentes, a Brasil Popular e a Povo Sem Medo, que têm exercido papel fundamental na resistência ao golpe de Estado em 2016, mas que desde 2015 se constituíram para enfrentar a totalmente errada e trágica decisão da presidenta Dilma de entregar a condução da política econômica ao inimigo, através das mãos do “Chicagó Boy” Joaquim Levy, no Ministério da Fazenda.

Na sequência, Nalu Faria e Tica Moreno, com colaboração de Sarah de Roure e Tatau Godinho, realizam uma recuperação das lutas das mulheres na atual conjuntura. Im-

portante destacar o protagonismo que o feminismo teve desde antes dos embates em torno do mandato da presidenta. Quando o novo bloco conservador anunciou sua consolidação no Congresso Nacional, com a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara Federal, o feminismo saiu às ruas para enfrentar a pauta legislativa reacionária e exigir o Fora Cunha.

Bruna Rosa nos traz um panorama da atuação da juventude na resistência à ofensiva da direita. Enfatiza a emergência de novas práticas políticas na organização e mobilização de jovens.

Marcio Caetano elaborou uma análise de como os trabalhadores e trabalhadoras da cultura se constituíram em setor social e político relevante da luta contra o golpe e os retrocessos.

Finalmente, entrevistamos membros da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), um dos principais sujeitos das lutas desde 2013, tanto nos temas das reivindicações populares urbanas como das mobilizações contra a direita e o golpe de Estado.

Engajamentos renovados e aprofundados, novos sujeitos sociais, são resultado das mudanças materiais e subjetivas ocorridas nas classes sociais populares e nos setores médios no Brasil por efeito dos governos liderados pelo PT. É importante ter essas e outras experiências em conta, nesse momento em que nosso partido precisa analisar sua trajetória e sua crise.

Nós, da Democracia Socialista, queremos fazer essa caminhada petista juntos, em diálogo, compartilhando críticas e autocríticas, com esses novos ou renovados sujeitos sociais, com essas frentes. Entender o momento histórico e as classes populares e suas expressões político-sociais é fundamental para essa tarefa.

Vamos à luta!

A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

JUAREZ GUIMARÃES

O que está em curso no Brasil não é apenas um golpe em um governo legitimamente eleito, mas o início de uma contrarrevolução neoliberal, típica de uma terceira fase regressiva do neoliberalismo no plano internacional.

Fala-se em contrarrevolução neoliberal para designar uma mudança de regime político, isto é, de mudança dos fundamentos legais e das instituições através das quais o Estado brasileiro se organiza. Esta mudança de regime engloba uma ruptura com os fundamentos da soberania popular e do sistema político-eleitoral de disputa majoritária, das bases macroeconômicas (destruindo a economia do setor público), do sistema de direitos e deveres (maximizando os poderes do capital financeiro a partir de uma drástica redução dos direitos históricos dos trabalhadores e das políticas sociais), das bases de regulação dos conflitos agrários (desmontando as políticas de apoio à agricultura familiar, aos trabalhadores sem terra, aos quilombolas e de proteção às terras indígenas), protegendo o

sistema dos oligopólios da mídia empresarial de uma regulamentação democrática e atacando o já reduzido setor público de comunicação e as políticas públicas de cultura. Implica também em um processo de grave redução da soberania nacional, com uma ampla ancoragem do Estado brasileiro em relação aos planos geopolíticos e econômicos dos EUA, mimando as instituições de integração latino-americana em processo inicial de construção.

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram a dominância de uma nova corrente regressiva do liberalismo – o neoliberalismo – crítica e corrosiva ao chamado liberalismo social ou liberalismo keynesiano que havia predominando desde o pós-guerra. Apesar de ter raízes antigas na própria tradição plural do liberalismo, esta concepção neoliberal foi basicamente minoritária nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, marcadas por um forte dinamismo do capitalismo e pela construção dos chamados Estados do Bem-Estar Social nos países europeus. Fortalecida no campo das ideias nos anos 1970, formando uma nova coalizão entre neoliberais e liberais conservadores, esta corrente chegou aos governos dos EUA e da Inglaterra, iniciando um novo ciclo de disputa com a URSS e com as tradições social-democratas. Em nome de um entendimento liberal da liberdade, pretensamente ameaçada pelos avanços do Estado, estas correntes iniciaram uma forte construção programática em torno do Estado mínimo em uma relação orgânica com as redes do capital financeiro em expansão. Nascia, então, uma poderosa coalizão política e econômica, expandida por ataques ao feminismo e às culturas libertárias formadas em 1968, que se tornaria progressivamente dominante nas décadas seguintes, marcando uma virada epocal na cultura política do capitalismo.

Os anos 1990 já expressaram, após a crise final da URSS e dos regimes do Leste Europeu, uma desorganização avançada das tradições, das identidades e dos programas so-

cial-democratas através das chamadas “terceiras vias”, que tiveram no chamado “Novo Trabalhismo” inglês, dirigido por Tony Blair, e no governo democrata de Bill Clinton, o seu ponto de articulação internacional. Nesta década, o programa neoliberal se massificou, através de seu controle das grandes empresas de comunicação, formando um novo senso comum, típico de uma nova época. Fenômenos de perda de bases sociais e eleitorais dos partidos de tradição social-democrata se generalizaram. Ao mesmo tempo, as dimensões bélicas agressivas e o controle de instituições de regulação mundial orgânicas às novas diretrizes neoliberais formaram novos padrões de governança mundial.

As crises econômicas do sistema capitalista mundial, em sua fase de forte financeirização, nos anos iniciais do século XXI não encontraram ainda uma resposta dotada de força política e coerência programática à esquerda. Elas estão sendo respondidas por uma radicalização regressiva das políticas neoliberais, com novos e agressivos ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas sociais, com forte questionamento aos princípios republicanos e democráticos e aos direitos humanos.

Esta terceira onda regressiva neoliberal vem acompanhada do forte protagonismo e crescimento eleitoral de lideranças e forças políticas de sentido fascista, racistas e fundamentalistas que convergem no ataque às esquerdas e às forças políticas progressistas. A diferença entre uma posição ultra-conservadora liberal e uma posição fascista é que a primeira se vale de juízos e preconceitos arraigados contra a esquerda e suas bandeiras históricas, mas reconhece a existência de direitos civis e certo grau de pluralismo. Já a posição fascista não aceita sequer discutir e disputar com a esquerda, mas deseja construir a sua execução pública e exterminá-la da cena política. Como fenômeno histórico, posições fascistas, assim definidas, podem se atualizar em diferentes contextos políticos e culturais nacionais.

A conjuntura política brasileira deve ser, pois, pensada a partir de sua relação com esta conjuntura internacional de uma terceira fase regressiva do neoliberalismo, que tem na direção política do PSDB exatamente o seu ponto de mediação e internalização. A violência não apenas antissocialista, mas antirrepublicana e antidemocrática contida no programa desta contrarrevolução neoliberal, contra os direitos humanos, contra as mulheres, os negros, os trabalhadores, os pobres, os índios, os gays, exige qualificá-lo como a atualização de um programa de barbárie no capitalismo.

A violência, de caráter fascista, na conjuntura política brasileira se faz pela execração pública da esquerda em campanhas de ódio através de uma acusação seletiva de corrupção (o PT seria neopatrimonialista, na versão de Fernando Henrique Cardoso, ou “uma quadrilha criminosa que assaltou o poder”, como na versão mais vulgar de Aécio Neves ou do procurador-geral Janot), pela via do fundamentalismo religioso (a esquerda seria satanista) ou até pelo discurso explicitamente fascista, como na fala de Bolsonaro ou Ronaldo Caiado e de lideranças de grupos de direita radical. O extermínio político da esquerda na “democracia” se daria através da criminalização ampla de seus partidos, de suas lideranças, dos movimentos sociais pela via jurídica repressiva.

O BRASIL E O IMPASSE LATINO-AMERICANO

Esta caracterização de uma contrarrevolução neoliberal internacional, em sua terceira fase regressiva, é fundamental para entender o seu programa, a sua dinâmica, a sua força.

A esquerda latino-americana, vinculando luta social e luta democrática, havia conseguido nos últimos quinze anos derrotar as forças neoliberais, através de programas de democratização do poder político, de inclusão e novos direitos sociais, de afirmação das soberanias nacionais. A coincidência temporal e certo grau de convergência política entre as expe-

riências na Venezuela, no Brasil, na Bolívia, no Paraguai, no Equador, no Uruguai, na Argentina e no Chile, com suas importantes diferenças em graus de radicalização e alcance das transformações, formaram uma conjuntura política latino-americana alternativa às conjunturas regressivas vigentes nos países capitalistas centrais.

Agora, em diferentes processos e em diferentes graus, estas experiências têm sido colocadas na defensiva e têm sofrido importantes derrotas pelas políticas organizadas nesta terceira fase regressiva do neoliberalismo. Pode-se falar, em geral, de impasses destas experiências, que expõem os limites da democratização do poder e das transformações anticapitalistas, tendo como pano de fundo esta conjuntura internacional regressiva. Neste quadro, é evidente que os limites da unificação política e econômica regional destas experiências têm forte incidência nestes impasses.

Como esta ofensiva neoliberal utiliza-se instrumentalmente de mecanismos internos às próprias instituições democráticas, quanto mais institucionalizadas estas forças de esquerda e progressistas, mais dificuldades elas têm de enfrentar esta nova onda conservadora neoliberal-fascista. Os golpes contra a democracia, como em Honduras e no Paraguai e agora no Brasil, não repetem a tradição dos golpes militares, mas valem-se de campanhas midiáticas estrategicamente orientadas, de uma guerra de desgaste econômico, da utilização instrumental e antipopular de mecanismos institucionais para derrubar governos legitimamente eleitos, através de golpes parlamentares conjugados com a judicialização da política.

Pode-se afirmar que a derrubada de um governo dirigido por forças de esquerda no Brasil, mesmo em regime de coalizão e com programas de baixo perfil reformista, é central para a inversão desta conjuntura política latino-americana. Se vitoriosa esta contrarrevolução neoliberal no Brasil, ela certamente impactará regressivamente toda a correlação de forças

políticas na América Latina, inclusive formando um cenário regional negativo para os processos de transição em Cuba.

CINCO DIMENSÕES

É a partir deste enquadramento geral que devemos entender o programa da contrarrevolução neoliberal-fascista que está em curso no Brasil. Ela combina a derrubada inconstitucional do segundo governo Dilma, a criminalização ampla da esquerda e dos movimentos sociais e a imposição de um programa de reformas constitucionais que atinge direitos democráticos fundamentais gravados na República democrática fundada em 1988 e até mesmo direitos trabalhistas consagrados na Constituição de 1946. A dinâmica da contrarrevolução neoliberal-fascista combina cinco dimensões decisivas.

A primeira é o processo de radicalização neoliberal do programa do PSDB que o empurrou para a aliança com a direita protofascista e se combinou com uma estratégia golpista de não reconhecimento do resultado das eleições presidenciais de 2014. Este deslocamento é fundamental para entender a dinâmica da contrarrevolução não apenas em seu sentido programático, mas, devido à grande inserção financeira e empresarial, midiática e institucional deste partido, por sua capacidade de organizar uma coalizão golpista majoritária no Congresso Nacional, articulando-se inclusive nas corporações jurídicas e na Polícia Federal. Isto é, não seria preciso aderir a uma teoria conspirativa para explicar a origem, a dinâmica e o sentido do golpe. Basta mobilizar a noção de convergência programática, de construção de agenda política e de capacidade de coordenação em meio a um processo político que organiza forças políticas tão heterogêneas, em complexos processos de disputa de poder e de dinâmicas corporativas, próprias dos vários segmentos do aparato jurídico e policial do Estado postos em movimento.

Esta radicalização neoliberal do programa do PSDB levou a uma forte impopularidade de seus governos estaduais (ver São Paulo e principalmente Paraná), deslocou a base histórica de sua intelectualidade que ainda mantinha alguns traços progressistas, renovou à direita sua base de representação parlamentar, acentuou a sua retórica antipluralista.

A segunda dimensão decisiva é o novo papel e o novo discurso dos oligopólios de mídia que dominam a comunicação pública no Brasil, muito orgânicos à inteligência política do PSDB. Eles têm sido fundamentais para a legitimação do processo de judicialização da democracia, para a convocação de mobilização de massas e para a disseminação social de um discurso de ódio contra a esquerda brasileira.

O chamado discurso do ódio, que se caracteriza pela execração e linchamento moral do oponente, autorizando e incentivando o seu extermínio, é bastante típico dos grandes momentos históricos regressivos da democracia, como no fascismo, nazismo, franquismo e salazarismo. Ele é legitimado pelo programa neoliberal, através da noção de liberdade de expressão e de uma interpretação do “mercado livre de ideias”. A criminalização de discursos públicos fascistas ou racistas ou de violência contra a mulher e os gays, como prevalece no direito internacional democrático, seria contraditória com a defesa da “liberdade de expressão”.

Esta nova configuração e novo ativismo das grandes empresas de comunicação no Brasil significam um passo além da parcialidade e do antipluralismo vigentes nos oligopólios de mídia nas últimas décadas brasileiras. Trata-se da legitimação de um regime antirrepublicano e antidemocrático, de tipo neoliberal e com fortes componentes de violência, alimentados por uma retórica fascista.

A terceira dimensão decisiva é o processo de judicialização, em estágio avançado, da democracia brasileira que se organiza em torno de uma concepção policial do combate à corrupção sistêmica. Chamamos de judicialização o processo de

captura de poder pelo Poder Judiciário, perante processos de deslegitimação ou de crise de legitimidade dos Poderes Legislativo e Executivo. Em geral, os processos de judicialização do poder são acompanhados por forte politização do Judiciário, que são apanhados em redes das forças políticas em disputa.

A concepção policial do combate à corrupção propõe corromper o devido processo legal, a presunção de inocência e os direitos humanos em troca de uma sistemática violação da Constituição e das leis penais, de uma condenação pública, incluindo o aprisionamento antes do julgamento, e de um máximo estreitamento dos direitos de defesa do acusado. Esta concepção policial, que organiza a Operação Lava-Jato e a ação da Procuradoria-Geral da República, tem sido legitimada na prática pelo STF, tornando-se dominante no Judiciário brasileiro. Ela é partidarizada, arbitrária e seletiva, formando jurisprudências e tribunais de exceção, típicos de períodos regressivos da democracia e da República.

A quarta dimensão decisiva é a formação de uma base de massas fascista, de ataques racistas e às mulheres, que publiciza, organiza e protagoniza ataques públicos à esquerda e às suas lideranças. Fazem parte deste fenômeno manifestações de centenas de milhares de pessoas, unificadas pelo discurso do ódio, grupos ativistas fortemente ancorados nas redes sociais, grupos evangélicos fundamentalistas, além de ataques terroristas a sedes e símbolos da esquerda e dos movimentos sociais, que se tornaram frequentes no último período. Até agora, a postura dos partidos neoliberais têm sido a de não condenar estes ataques fascistas, ao mesmo tempo em que as principais empresas de mídia continuam organizando sistematicamente campanhas de ódio e difamação.

É possível que, como em outras democracias contemporâneas, forças políticas com identidade fascista procurem um protagonismo eleitoral próprio. Elas não têm, ainda, capacidade nacional de disputarem maiorias eleitorais nem de dirigir o que estamos chamando de contrarrevolução neoliberal.

Enfim, uma quinta dimensão é o caráter agressivamente patriarcal e homofóbico deste processo de contrarrevolução. Os ataques à primeira mulher brasileira eleita presidente, a destruição das políticas públicas em defesa da mulher, a incorporação de forças ultraconservadoras e fundamentalistas no plano moral em cargos-chave de governo e a pressão por novas leis antifeministas configuram um quadro hostil aos direitos históricos das mulheres e dos gays.

UMA REFUNDAÇÃO NEOLIBERAL DO ESTADO

O que se está organizando mais além de um governo golpista é uma refundação do Estado brasileiro a partir de fundamentos neoliberais, um novo regime de organização do poder e de direitos que se propõe a substituir o regime republicano democrático nascido da Constituição de 1988.

Este novo pacto de poder é orgânico às classes dominantes internacionais, solda em uma unidade classista os setores financeiros, industriais, comerciais e do agronegócio da grande burguesia brasileira, tem o apoio orgânico dos grandes oligopólios de mídia, pretende controlar o Executivo, formar uma sólida maioria conservadora no Congresso Nacional, além de dominar as posições-chave do Judiciário e da Procuraria-Geral do Estado brasileiro.

A sua base de massas é fundamentalmente classista, articulando os estratos sociais burgueses e mais privilegiados da sociedade brasileira, inclusive nas classes médias, mas organiza um apoio popular principalmente através das igrejas evangélicas fundamentalistas.

Não se pode enfrentar uma contrarrevolução com meia esperança, com meia razão, com meio programa, com meia energia, com meio plano de futuro. Não subestimemos a força política, dos interesses e das paixões, que move o golpe. Será preciso buscar as raízes mais fundas da energia, da inteligência, da unidade e das capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo brasileiro para derrotá-lo.

VOLTAM OS TEMPOS CONSERVADORES?

GUSTAVO CODAS

Estamos diante de uma mudança de ciclo político na América Latina? É o que a direita apregoa há algum tempo. Recentes derrotas e crises de governos progressistas na região lhe estariam dando a razão. Novas e velhas direitas aparecem tentando impor sua hegemonia. Vamos discutir aqui, brevemente, a disputa em curso, questionando essa tese.

Quando, em 1987, o equatoriano Agustín Cueva (1937-1992) publicou o livro *Tiempos conservadores: América Latina en la derechización de Occidente* (Quito: Ed. El Conejo; edição em português da Hucitec no mesmo ano), não estava claro ainda para todos que um ciclo reacionário estava a hegemônizar toda a região refletindo o que vinha acontecendo já nos Estados Unidos com Reagan e na Inglaterra com Thatcher. A conjuntura revolucionária centro-americana ainda produziria a ofensiva final da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador em 1989 e, nesse mesmo ano, ainda a candidatura Lula esteve perto de conquistar pela

via eleitoral a Presidência do Brasil. Além disso, ao longo dessa década, uma após outra as ditaduras militares na América do Sul – regime político preferido de nossas oligarquias e do imperialismo norte-americano, até os anos 1970 – deram lugar a processos de democratização dos Estados.

Porém, em breve, a mudança de ciclo foi inquestionável. A longa jornada histórica do nacional-desenvolvimentismo iniciado com os populismos dos anos 1940-50, paralelamente ao estado de bem-estar keynesiano do capitalismo do Norte, estava sendo substituída por uma nova hegemonia, a neoliberal. A ofensiva da FMLN fracassou e deu por finalizado o ciclo que a levou à luta armada com a assinatura dos acordos de paz de 1992. Na Guatemala, vimos algo similar com a negociação do fim do conflito armado em 1996. Na Nicarágua, em 1990, os sandinistas perderam as eleições para uma oposição unificada, com o país sendo chantageado pela guerra suja impulsionada pelo governo dos EUA. E as elites latino-americanas perderam nesse período toda pretensão nacionalista e aderiram às receitas do Consenso de Washington e à globalização capitalista. Nos anos 1990, praticamente toda a região esteve sob governos neoliberais.

Essa ascensão dos tempos conservadores só foi possível porque se combinou com duas crises importantes das esquerdas mundiais: a da social-democracia europeia, que nesse período abandonou seu programa de pós-guerra para se aproximar do neoliberal; e a do “socialismo realmente existente”, que levou à desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e a uma acelerada transição para um capitalismo selvagem no Leste Europeu ou um capitalismo com particularidades asiáticas, regulado pelos partidos comunistas governantes, nos casos chinês e vietnamita. Somente Cuba sobreviveu ao naufrágio, mas submetida aos rigores do “período especial”. O intelectual de esquerda espanhol Miguel Romero (1946-2014), editor da revista *Viento Sur*, caracterizou esse momento como de “desorganização

programática” das esquerdas. As heranças das esquerdas do século pareciam perdidas e suas forças políticas diminuídas, desmoralizadas e desmobilizadas.

Na década de 1990, o ciclo neoliberal chegou ao seu ponto mais alto, lançado pioneiramente pelas ditaduras militares chilena (1973-1990) e argentina (1976-1983), e que ganhou impulso mundial nos anos 1980 com os governos Reagan e Thatcher nos Estados Unidos e no Reino Unido, respectivamente. Mas os anos 1990 são também o momento em que ficam em evidência as debilidades desse programa neoconservador. O capitalismo *financeirizado* em breve faria suas primeiras vítimas (na região: México, 1994; Brasil, 1999; Argentina, 2001) até a explosão da grande crise do capitalismo mundial em 2007-8.

Ao mesmo tempo, ao longo dessa década, foi sendo gestada uma contestação de novo tipo à nova ordem. Começou com a campanha continental de 1992 contra os quinhentos anos de colonialismo, liderada por movimentos camponeses e indígenas. Passou pelo levante zapatista de 1994 no México. Cresceu na luta contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o livre-comércio, desde a reivindicação das economias locais e a sustentabilidade ambiental. Ganhou expressão multitudinária com os processos da Aliança Social Continental / Campanha Continental de Luta contra a ALCA (1997-2005) e o Fórum Social Mundial (2001-9). E, se no mundo todo as esquerdas partidárias se encontravam na defensiva, em 1990, com a iniciativa do PT no Brasil e do PC em Cuba, foi constituído o Foro de São Paulo como espaço de reagrupamento das esquerdas latino-americanas, em um sentido muito amplo, buscando (re)construir convergências nesse novo contexto.

O ciclo progressista, iniciado com a vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais da Venezuela em 1998 e fortalecido com o triunfo de Lula nas do Brasil em 2002, erigiu-se sobre três pilares: (1) a crise da hegemonia do neo-

liberalismo em diversos países; (2) a ascensão de lutas sociais e políticas antineoliberais; (3) a ausência de um programa de esquerdas de mudanças estruturais, plataformas progressistas mais “possibilistas”. O último fica claro se compararmos a plataforma que levou à vitória eleitoral de Salvador Allende no Chile em 1970 com os programas de governo de quaisquer das forças que venceram eleições no atual ciclo progressista.

Quais as principais características programáticas do ciclo progressista? Sem desconhecer que é um fenômeno que, além de certa sincronia temporal, combina uma grande diversidade de experiências nacionais, existem alguns traços que podemos generalizar. Esse ciclo tem sido definido pela busca de superar o anterior paradigma econômico que afirmava que ampliar os negócios das corporações privadas transnacionais “derramaria” algo para os pobres, substituído por outro definido como “distribuir para crescer”. Está marcado também pela proposta de uma integração regional como base para uma inserção soberana na globalização, descartando as “relações carnavais” com o imperialismo norte-americano (aquela precisa definição do chanceler do presidente argentino Carlos Menem de uma estratégia internacional do neoliberalismo periférico). Em todos os casos, tem significado um “retorno” do Estado à economia, ampliando as regulações públicas ao mercado, fortalecendo empresas estatais ou até “reestatizando” empresas e serviços que tinham sido privatizados; um “ativismo estatal” que tinha sido condenado pelo Consenso de Washington antes hegemônico.

Acontece que esse programa tem se mostrado insuficiente no contexto atual. Essas experiências inseridas no capitalismo globalizado têm sofrido o assédio dos mercados financeiros. A tentativa de construir “Estados de Bem-Estar” na periferia capitalista quando o mercado mundial está sob a lógica da “corrida ao fundo”, em que as empresas se instalam nos países que oferecem direitos sociais e trabalhistas mais baixos, menor regulação estatal e menor pressão fiscal, obvia-

mente se choca com os limites impostos pelo capitalismo globalizado. Isso está na origem das crises econômicas das experiências progressistas.

O ciclo originou-se com vitórias de maiorias eleitorais. Mas o eleitor é também um consumidor. E se há uma herança neoliberal que não foi superada sob o progressismo é a do consumismo do “modo de vida norte-americano”. Pressionadas para manter maiorias eleitorais, as esquerdas acabaram reforçando-as com uma reivindicação do direito a consumir (como “nova classe média”), sem discutir a qualidade do consumo e sua sustentabilidade ambiental ou econômica. É assim que a própria população beneficiada com a melhoria de seu poder aquisitivo acaba sendo quem força nos processos eleitorais para manter esse paradigma de consumo predatório, identificando-se assim com as classes privilegiadas de nossas sociedades.

Há também uma dimensão política do impasse. Tem havido processos constituintes que refundaram os Estados em alguns países, mas pouco ou nada no conjunto do ciclo progressista se tem avançado para além das formas da democracia representativa tradicional. E com isso pouco mudou a relação entre governantes e governados. Pior ainda, em vários casos os partidos e os altos dirigentes de governos progressistas têm copiado a “forma de se fazer política” tradicional, com seu autoritarismo e sua corrupção. Em relação a isso, o que é “natural” em um político tradicional não é em um militante de um projeto de mudanças sociais; e, se é verdade que os meios de comunicação corporativos manipulam as notícias a seu bel-prazer, em cumplicidade com o Poder Judicial e o Ministério Público para tentar desprestigiar toda a esquerda, também é verdade que essas condutas provoquem repugnância nas pessoas comuns, e têm razão nisso.

Resumindo, o ciclo progressista tem feito, parafraseando o poeta, “programa (de governo) ao andar”. E esse programa tem encontrado seus limites, impasses e dilemas.

Em qual conjuntura nos encontramos hoje, junho de 2016? Há sinais de certo esgotamento do ciclo progressista se considerarmos as bases com as quais foi lançado no começo do presente século. Mas aqui pode ser útil introduzir a diferenciação entre um ciclo “curto” e outro “longo” proposta pelo cientista político espanhol Manolo Monereo no programa de televisão “Fort Apache – ¿Cambio de ciclo em América Latina?” [disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4gskJbYD2_k>].

Não há dúvidas de que ciclos “curtos” (ou “de governos”) atravessam crises e têm sofrido importantes derrotas, seja na eleição presidencial na Argentina ou para deputados na Venezuela, em 2015, ou no referendun na Bolívia em 2016; ou com os golpes de Estado (Honduras, 2009; Paraguai, 2012; Brasil, 2016). Mas outra será a conclusão se falarmos de um ciclo “longo”, de disputa de projetos, em que o progressismo no século XXI tem sido uma resposta ao fracasso neoliberal e do capitalismo financeirizado e globalizado.

À diferença dos tempos conservadores que nos assolaram nos anos 1980-90, as forças reacionárias não têm hoje um programa socioeconômico com capacidade hegemônica. E as forças populares não estão desmoralizadas e desmobilizadas como ocorreu em torno e depois da dupla crise das esquerdas, social-democrata e estalinista, nos anos 1980.

Ao contrário disso, vemos que, onde a direita consegue vitórias eleitorais ou golpistas, não conseguem relançar sua hegemonia. O empresário neoliberal Sebastián Piñera ganhou as eleições em 2010 perante uma Concertação já totalmente desidratada, mas quatro anos depois Michelle Bachelet voltou ao governo com uma aliança mais à esquerda (que inclui finalmente o Partido Comunista) e com um programa de reformas que a Concertação não tinha se atrevido a propor nos vinte anos de governo pós-Pinochet (1990-2010).

Algo similar tem acontecido no Paraguai. Em abril de 2013, o também empresário neoliberal Horacio Cartes ga-

nhou as eleições tendo na chapa um partido tradicional oligárquico, o Partido Colorado, na sequência do golpe de Estado que tirou Fernando Lugo da Presidência em junho de 2012. As pesquisas de opinião mostram que, se houvesse eleições presidenciais hoje, e ambos, Cartes e Lugo, pudessem participar, o segundo ganharia por ampla margem a disputa.

Seja depois da vitória em uma eleição presidencial de outro empresário neoliberal, Mauricio Macri, na Argentina, ou do golpe de Estado parlamentar no Brasil, não estamos vendo os governos conservadores disfrutando de uma hegemonia. Ao contrário, enfrentam fortes resistências e grandes mobilizações populares.

Isso se deve, por um lado, ao fato de o ciclo “longo” de luta pela superação do neoliberalismo vir impulsionado por forças sociais e políticas que têm sobrevivido e superado a crise das esquerdas do século anterior e têm capacidade de continuarem mobilizadas. Por outro, o povo tem conquistado direitos e melhores condições de vida nos anos progressistas e sabe que é possível viver melhor. Há conquistas a defender, e há sujeitos sociais e políticos ativos. Para tanto, é preciso vencer desafios, contradições e impasses, alguns dos quais mencionamos antes.

Voltam os tempos conservadores? – perguntamos no título deste artigo. Nossa resposta é “não”. Não estamos finalizando uma fase progressista para iniciar outra reacionária com hegemonia da direita, como nos anos 1980. Continua o ciclo “longo” progressista de luta por um modelo pós-neoliberal. Colocamos pilares importantes nesse rumo. Mas aquelas energias e estratégias iniciais de uma década e meia atrás deram sinais de esgotamento para o desafio de ir mais longe e profundo. Na atualização e renovação do projeto progressista, joga-se o destino deste período histórico.

Texto traduzido do original em castelhano publicado no boletim Megafón (CLACSO). Disponível em: <<http://www.clacso.org/megafon/index.php>>.

O PAPEL ESTRATÉGICO DAS FRENTES NA LUTA POLÍTICA ATUAL DA ESQUERDA BRASILEIRA

JANESLEI ALBUQUERQUE E MARCELO FRAGOZO

INTRODUÇÃO

A construção das Frentes Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo são elementos positivos da conjuntura. Elas são resultado da necessidade dos movimentos sociais e partidos de esquerda produzirem unidade de ação. E já demonstraram sua capacidade para tal fim, liderando nacionalmente a resistência contra o golpe em curso, com padrões de mobilização bastante superiores àqueles experimentados pela esquerda, ao menos nos últimos 20 anos.

A motivação da construção dessas frentes surge de um lado pela necessária resistência ao movimento golpista, que tomou corpo a partir da quarta derrota eleitoral da direita brasileira em 2014 e, de outro, pela defesa do programa de mudanças vitorioso nas eleições e ameaçado pela implementação de uma política econômica incompatível com esse programa.

O balanceamento distinto entre esses dois temas - luta contra o golpe e crítica à política econômica - e as diferenças em torno do papel dos partidos políticos levam a construção de duas iniciativas, com distintos sujeitos, mas com capacidade de convergência.

Este artigo é parte de um esforço de reflexão coletiva da Democracia Socialista sobre a construção das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, suas concepções, trajetórias e dilemas diante da conjuntura. Buscaremos abordar esse tema a partir da ótica da construção partidária e dos movimentos aos quais estamos conectados pela nossa militância.

AS ALIANÇAS COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Se os desafios da conjuntura são o principal combustível para construção das frentes que ora se consolidam, é importante resgatar também outros componentes que fazem das alianças entre movimentos sociais um elemento estratégico para suas próprias construções políticas.

Um primeiro componente é o do fortalecimento das agendas e sujeitos de cada movimento. As alianças entre os movimentos, com base em uma identidade e visão comum sobre um projeto de mudanças da sociedade, ampliam a perspectiva e a legitimidade da agenda de um sobre a do outro, num processo de aprendizado, convencimento e fortalecimento mútuo. Por exemplo, a presença dos movimentos feministas no espaço de uma frente fortalece o protagonismo das mulheres no espaço da luta política geral, mas também é capaz de ampliar a visibilidade e a legitimidade da agenda feminista nos demais movimentos que eventualmente secundarizam esse tema.

Um segundo componente diz respeito a exigência, crescente e decorrente de uma ampliação da consciência democrática, dos movimentos sociais demonstrarem e atualizarem

o caráter de interesse público e o valor universalista de suas demandas. Cada vez menos pautas estritamente corporativas ocuparão o centro da disputa política. Assim, as alianças também politizam e conferem legitimidade a agendas setoriais importantes, superando a fragmentação social e política da esquerda. A luta pela reforma urbana, por exemplo, se apresenta recorrentemente como uma pauta setorial, dos movimentos de luta pela moradia. Porém, é por meio das alianças entre os movimentos que a legitimidade dessa agenda é ampliada como um direito social universal.

Um terceiro aspecto, também contemporâneo, diz respeito a uma heterogeneidade renovada dos movimentos sociais¹. As políticas neoliberais desorganizaram antigos movimentos, dando lugar a novos atores sociais, alguns deles com novos repertórios. O avanço democrático na construção das políticas públicas, com a multiplicação de iniciativas de controle social, participação popular e experiências de cogestão, também enseja novas organizações populares. As modificações no mundo do trabalho, que geraram fragmentação e supressão de direitos, trazem desafios ao movimento sindical e dão origem a novas reivindicações, ainda que fragmentadas. Assim, as alianças em meio a essa diversidade constituem-se também como o espaço para a experimentação coletiva de novas práticas e produção de novas sínteses e abordagens sobre novos e velhos temas.

Em que pese esse cenário, nas palavras de Juarez Guimarães, “podemos considerar que os movimentos sociais brasileiros contemporâneos fazem parte de um ciclo longo de organização e formação de agenda cujas raízes remontam às décadas de resistência à ditadura militar e adquirem maior protagonismo e densidade temática nas décadas recentes da democracia brasileira. A noção deste ciclo longo contrasta com um certo senso comum cioso de firmar as novidades dos movimentos

1. GOHN, Maria da Gloria. Movimentos Sociais na contemporaneidade in Revista Brasileira de Educação, volume 16, pg. 333. ANPed, 2011.

sociais recentes. Mas o argumento que se constrói é que o que há de novo ainda não foi suficiente para mudar as dimensões fundantes de organização e de agenda deste ciclo longo.”²

E neste ciclo longo, a aliança dos movimentos sociais embora não seja contínua, não é uma novidade. Ela foi, em geral, mobilizada por um elemento de disputa social, como na luta pela redemocratização ou na polarização eleitoral de 1989, por exemplo. O Movimento sindical, através da CUT, os estudantes mobilizados na UNE, e a luta camponesa encabeçada pelo MST constituem a vanguarda dessas iniciativas, nas quais estiveram sempre presentes.

No período das reformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, o Fórum Nacional de Lutas foi o protagonista da resistência popular ao desmonte do Estado e ataque aos direitos sociais e trabalhistas. Já durante o governo Lula, a Coordenação dos Movimentos Sociais busca fortalecer a agenda e a autonomia dos movimentos sociais frente a um governo de esquerda, aliado a um congresso resistente à qualquer reforma de caráter popular.

Também é importante agregar a essa trajetória das alianças dos movimentos sociais a rica experiência internacional da resistência ao neoliberalismo, nos anos 1990 e início deste século. Como na construção dos Fóruns Sociais Mundiais e, mais especificamente na América Latina, na luta contra a ALCA, através da Aliança Social Continental. Esse período produziu e fortaleceu também importantes iniciativas de organização internacional de agendas setoriais como a dos camponeses na Via Campesina e na CLOC, dos trabalhadores na Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur - CCSCS, ou das mulheres através da Marcha Mundial de Mulheres. Essas experiências alteraram qualitativamente a consciência global, a agenda e o posicionamento local de diversos movimentos.

2. GUIMARÃES, Juez. A conjuntura brasileira e os movimentos sociais: Um período crítico de disputa de trajetórias. Projeto PNUD BRA/12/018. Brasília, 2015.

As frentes que agora são formadas são herdeiras e continuidade dessa trajetória da esquerda. É nesse olhar retrospectivo que se revela a importância histórica e presente do Partido dos Trabalhadores, como patrimônio e expressão política mais representativa dessa diversidade transformadora da sociedade brasileira.

A FRENTE BRASIL POPULAR

A eleição de 2014, a mais polarizada desde a redemocratização, nos levou a uma vitória baseada na defesa do aprofundamento de um programa de mudanças a favor da maioria da população brasileira. Esta vitória, naquela conjuntura, sinalizava para um aumento de intensidade da disputa política e social, com ofensividade das ideias de esquerda. Poucos diriam que o cenário mudaria tão rapidamente.

O PSDB, fortalecido pela polarização eleitoral, ousa em sucessivas investidas jurídicas contra o mandato da presidenta eleita. Eduardo Cunha é eleito Presidente da Câmara dos Deputados numa aliança do que há de mais atrasado na política. E em uma terceira frente, animada pela mídia e pelas fornalhas do fascismo a direita mobiliza-se com força contra o PT, suas lideranças e seu governo, acirrando o caráter de classe e a temperatura da disputa política.

Acuado por essa ofensiva da direita, ao invés da reação o governo busca a mediação. A nova equipe econômica tem viés conservador e aponta para a necessidade de um ajuste fiscal de sentido, intensidade e duração incerta e os primeiros anúncios do governo são de alterações restritivas em importantes programas sociais, como o do seguro-desemprego. Essas iniciativas acumularam desagregação em nossa base social.

É nesse cenário que vários movimentos e organizações de esquerda vão às ruas em 13 de março de 2015, lutar por mais democracia e nenhum direitos a menos. Nessa mobilização se expressou, ao mesmo tempo, a rejeição ao golpismo

que pedia o “impeachment” e a afirmação das críticas as políticas de ajuste fiscal. Essa e outras mobilizações no mesmo período também colocaram com centralidade a crítica ao projeto da terceirização irrestrita (PL 4330, atual PLC 30 no Senado) que avançava com o apoio de uma maioria conservadora na Câmara dos Deputados.

Os movimentos sociais se viram na difícil tarefa de defender e criticar. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, se imobilizou na falsa oposição entre defender o governo e apontar saídas políticas para a crise que tomava corpo. Além disso, acumulou desgastes, sem dar respostas políticas à altura dos ataques que sofre, na medida em que é o principal alvo da aliança midiático-judicial capitaneada pela Operação Lava-Jato.

Rapidamente a maior parte destes movimentos sociais e o próprio PT, que já haviam convergido no seu posicionamento político durante a polarização eleitoral de 2014, compreenderam a necessidade e a urgência de avançar em ações unitárias capazes de alterar a correlação de forças que já anunciava que a direita, mais do que inviabilizar politicamente, poderia interromper o mandato da presidenta eleita.

No dia 27 de junho de 2015, uma reunião com a presença de várias organizações, intelectuais e lideranças partidárias deu início à proposta de formação da Frente Brasil Popular. Nessa ocasião se definiu a realização de um debate, com economistas, de crítica e apontamento de alternativas à política econômica do ajuste fiscal e a realização de uma Conferência Nacional para constituição da Frente Brasil Popular.

Com mais de 2 mil participantes, de 21 estados e do DF, ocorreu em Belo Horizonte, no dia 5 de setembro, a “Conferência Nacional Popular em defesa da democracia e por uma nova política econômica”, construída para o lançamento da Frente Brasil Popular. Foi um vigoroso encontro do qual participam dezenas de movimentos populares, de mulheres, negros (as), estudantes, camponeses, centrais sindicais,

intelectuais e partidos políticos. A participação no lançamento superou as expectativas dos organizadores. Ali já se apontava, em vários estados, articulações locais para participação e organização da frente, indicando o rápido enraizamento nacional da iniciativa, como objetivamente se verificou.

Nesta conferência foi debatido em diversos grupos e aprovado um manifesto de lançamento³, consolidando uma visão unificada sobre uma plataforma mínima da frente, centrado em quatro grandes objetivos para ação:

- Defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público!

- Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país. Lutamos contra o golpismo – parlamentar, judiciário ou midiático – que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e o caráter laico do Estado!

- Promover reformas estruturais para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária!

- Defender a soberania nacional: o povo é o dono das riquezas naturais, que não podem ser entregues às transnacionais e seus sócios!

O manifesto expressa um processo de maturidade política ao conseguir construir uma resposta que ao mesmo tempo enfrenta a direita conservadora e se posiciona criticamente

3. <http://www.frentebrasileirpopul.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro/>

frente as limitações do governo federal. De forma muito lúcida, compreende que a solução dos impasses passa pelo fortalecimento do projeto e pela efetivação do programa eleito.

Como forma de organização e funcionamento a frente definiu duas instâncias: o Coletivo Nacional e a Coordenação Operativa. O coletivo é composto por dois representantes de cada movimento nacional e das frentes estaduais, com a orientação de que se garanta a paridade entre homens e mulheres e a diversidade étnico-racial nessa representação, e tem regularidade mensal nas suas reuniões. A Coordenação Operativa, foi composta por sete movimentos: CUT, MST, CMP, MMM, UNE, CONEM e CTB, com a secretaria operativa funcionando junto ao MST. Reúne-se quinzenalmente, ou extraordinariamente em função da conjuntura. Posteriormente, por decisão do coletivo, foram incorporadas as representações dos partidos à coordenação operativa.

Hoje podemos definir a Frente Brasil Popular como uma iniciativa bem sucedida, sendo um pólo importante de unidade e liderança na luta democrática e em defesa dos direitos. Suas ações estão no centro da retomada das mobilizações populares em um padrão muito superior ao que a esquerda conseguiu estabelecer no período anterior, tanto nos governos Lula/Dilma, quanto durante o governo de FHC.

Se a luta democrática do “não vai ter golpe” não foi capaz até aqui de barrar o golpe parlamentar, foi ela a responsável por uma unificação histórica das forças progressistas, com protagonismo decisivo da juventude, das mulheres, dos artistas e dos movimentos populares. É essa unidade que desafia, cotidianamente, o ritmo frenético de retrocessos que o governo golpista tenta impor desde o afastamento da Presidenta Dilma. Não ao golpe, Fora Temer é, até aqui, a insignia desta unidade.

O avanço do golpismo e a instalação do governo ilegítimo de Michel Temer, com uma agenda radical de retrocessos políticos e sociais exige mobilização, denúncia e re-

sistência mas também exige maior capacidade de reflexão coletiva e dedicação à construção de saídas políticas de esquerda. Nesse sentido, a Frente está preparando a sua 2ª Conferência Nacional.

A 2ª Conferência da Frente Brasil que deve ocorrer em novembro deste ano, de caráter massivo como a primeira, buscará fazer um balanço da própria frente e uma análise ampliada da conjuntura, organizando a resistência e a mobilização popular e definindo estratégias para a consolidação da frente. Outro desafio é construir um documento programático que ajude o povo brasileiro a enfrentar a crise e recolher elementos para sistematização de um projeto nacional renovado.

A FRENTE POVO SEM MEDO

As premissas que levam a construção da Frente Povo Sem Medo são semelhantes àquelas que deram origem à Frente Brasil Popular. Ela é, igualmente, uma reação ao agravamento da conjuntura com ofensiva golpista da direita e ataque aos direitos.

O aumento da intensidade da disputa política e social e a conseqüente intensificação das mobilizações e lutas populares em 2015 desperta, rapidamente, a necessidade dos movimentos construir instrumentos de debate e organização mais sólidos do que a mera reunião para preparação das ações. Essa necessidade, como vimos, é origem comum das duas frentes.

Com o avanço das discussões em torno da abrangência e do caráter desse tipo de instrumento cristalizam-se algumas diferenças. A principal delas diz respeito à participação dos partidos políticos em uma iniciativa desse tipo.

Para os protagonistas da Frente Povo Sem Medo, os partidos trazem excessiva institucionalização para uma iniciativa que tem sua razão de ser na mobilização, dirigida pelos movimentos sociais. A Frente busca ainda secundarizar a cen-

tralidade da disputa eleitoral, em torno da qual a maioria do partidos está organizada, empunhando o slogan “nossos sonhos não cabem nas urnas”.

Diante do impasse em torno dessas diferenças, as duas frentes são construídas paralelamente. No caso da Frente Povo Sem Medo há um forte protagonismo do Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, mas com participações importantes também da Intersindical e do Movimento de Luta dos Bairros - MLB. Algumas organizações, como a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a União Nacional dos Estudantes - UNE, por sua vez, optam por somar forças também na Povo Sem Medo, buscando fortalecer a organização e a unidade de ação do conjunto da esquerda.

A Frente Povo Sem Medo foi lançada num ato político em São Paulo, no dia 08 de outubro de 2015, com a participação de mais de 500 pessoas e impulsionada por quase 30 movimentos sindicais, populares e da juventude. O manifesto político⁴ de criação da frente analisa os desafios da conjuntura e aponta a mobilização das ruas como caminho para superação da ofensiva conservadora e dos ataques aos direitos.

Ele registra o compromisso com a resistência às políticas de “austeridade”, com a defesa de reformas populares e com a radicalização da democracia, através de uma reforma política que garanta o fim do financiamento privado e aumente a participação popular, mas também por meio da democratização da mídia e do judiciário, que manipulam a opinião pública e criminalizam os movimentos sociais. O manifesto posiciona-se ainda em defesa da liberdade, do respeito e da vida, contra o racismo, o machismo, a xenofobia, a LGBTfobia, o fundamentalismo religioso e os ranços antipopulares, colocando-se ao lado da juventude negra pobre e negra das periferias contra o verdadeiro genocídio que tem sofrido, exigindo a desmilitarização das polícias.

4. <https://www.facebook.com/povosemmedonacional/posts/1663610150576671>

A Frente Povo Sem Medo, pelas características dos movimentos que a compõem, fortalece-se rapidamente no estado de São Paulo, mas tem seu processo de organização nos estados mais gradual, de acordo com a velocidade de construção das convergências locais.

Quanto a sua organização, a principal instância da Povo Sem Medo é sua Coordenação Operativa Nacional com a representação das organizações que a compõem. Essa coordenação realiza reuniões regulares, sempre em São Paulo. Mais recentemente, a Frente realizou seu primeiro seminário nacional, com representações estaduais das organizações, onde estabeleceu prioridade à construção das operativas estaduais e também à nacionalização do trabalho de comunicação.

Da sua constituição até aqui a Povo Sem Medo cresceu significativamente, seja na capacidade de convocatória seja no universo de organizações que se somaram à sua construção. Ela protagonizou grandes mobilizações, especialmente na capital paulista e conseguiu convergir em grandes dias de mobilização junto com a Frente Brasil Popular. Também foi elemento de fortalecimento da Povo Sem Medo a reação rápida que produziu de resistência ao governo ilegítimo logo nos seus primeiros dias, com os atos na Avenida Paulista e a Marcha até a casa do vice-presidente golpista.

OS DILEMAS E AS PERSPECTIVAS

As mobilizações que se seguiram ao avanço do golpe, embora muito maiores que qualquer outra da esquerda brasileira neste século, não se mostraram crescentes. A maioria do povo brasileiro segue assistindo a disputa política e os movimentos sociais ainda não foram capazes de despertar nessa maioria a conexão entre golpe, mudança de governo e a iminente perda de direitos.

Nesse cenários as organizações que compõem as fren-

tes projetam distintas estratégias para o momento atual e futuro. A resistência ao governo golpista e seu pacote de maldades, materializada na bandeira do “Fora Temer!”, ainda as unifica como nas mobilizações do último dia 10 de junho. Mas as saídas de esquerda para a crise não convergem, no tempo e no conteúdo.

Para nós da Democracia Socialista, o golpe é instrumento de uma disputa pelo controle do Estado brasileiro na qual a direita produziu sua maior unidade. Isso ajuda a dimensionar o tamanho da derrota histórica que ele significa para esquerda, sem precedentes daqui a 1964.

Portanto, esse cenário deve informar as reações do campo popular que não podem, desde já, se restringir a posições de resistência que, na prática, assimilam o golpe. Todas as iniciativas que possam mover a correlação de forças e ampliar a resistência ao golpe devem ser exploradas agora!

A conjuntura expressa um impasse político que é real, ainda que seja o resultado da subversão da ordem democrática levada a cabo pela direita que está na ofensiva. Esse impasse não se esgota com a volta da Presidenta Dilma, isto nos leva ao ponto de partida do golpe, agora com franca oposição do congresso e da mídia conservadora e sem a força popular do resultado eleitoral que tínhamos em 2014.

O golpe foi dado, o governo golpista está instalado e não há uma rota ascendente de resistência a ele. O desafio da esquerda é justamente construir este caminho, pela denúncia do seu caráter anti-povo e da sua gênese golpista e pelo chamado à luta democrática contra um governo que não foi eleito.

Derrotar o golpe é uma tarefa com dois componentes: impedir o afastamento definitivo da Presidenta Dilma no Senado Federal, intensificando a denúncia ao governo e seu desgaste em todos os espaços e; reatar a trajetória da esquerda do PT em especial, com os anseios populares e democráticos da nação.

O sucesso dessa tarefa não pode nos conduzir à volta

da mesma Dilma que foi afastada temporariamente no dia 12 de maio da presidência da República. Para voltar, a presidenta tem que retornar com um programa que responda os anseios que o povo tem.

Não aceitamos que seja uma manobra parlamentar-midiática com corporações do Estado que defina quem vai ocupar a presidência da república. Tem que ser o povo no exercício da democracia. É necessário que a presidenta volte com a iniciativa de convocar um plebiscito para que o povo decida por uma nova eleição que defina quem deve governar o país.

A proposta do plebiscito em mãos da presidenta estende pontes com setores na sociedade e no parlamento que são contra o golpe, mas que consideram que apenas voltar atrás não resolveria a crise. Mas nós não confiamos nas negociações de bastidores no Congresso. Nem nos parece o mais importante. O fundamental é reatar a luta da esquerda com a defesa da democracia e dos direitos do povo.

A continuidade da convergência entre as frentes, capaz de garantir novo impulso às mobilizações populares, deve ser potencializada com a necessária reconstrução de um projeto nacional de esquerda à luz da experiência vivida. As frentes poderão se dedicar a essa tarefa, e contarão com nosso apoio, se puderem afirmar que sua unidade é também programática e não apenas de resistência. E se puderem, mais do que isso, alimentar, renovar e reorganizar a esquerda, incluindo as construções partidárias envolvidas como a do Partido dos Trabalhadores.

Já apontamos os limites dos movimentos corporativos em geral. Os movimentos de resistência, por sua vez, são incapazes de ocupar plenamente as possibilidades de mobilização e aumento de suas densidades organizacionais. O processo da revolução democrática reivindica, pois, dos movimentos sociais uma nova imaginação histórica de suas possibilidades e um transcrescimento de suas redes de organização, na base e de frente única. Nesse sentido a CUT fez uma aposta im-

portante e consciente do seu papel na esquerda: estar presente nas duas frentes, concretizando no cotidiano a unidade de ação alcançada em vários momentos nesse período. Essa aposta, não só da CUT, deve ter continuidade, em qualquer cenário, nos quais a convergência da esquerda será fundamental. As duas iniciativas estão cada vez mais consolidadas e, como avaliamos, bem sucedidas. Não há hoje perspectiva de fusão entre elas. Até aqui a fórmula encontrada pela realidade, foi a mais efetiva permitindo o agrupamento de distintas posições da esquerda, sem resultar em fragmentação da luta. Apostamos na persistência desta fórmula.

FEMINISMO: RESISTÊNCIA E LUTA COLETIVA DAS MULHERES

NALU FARIA E TICA MORENO

COM A COLABORAÇÃO DE SARAH DE ROURE E TATAU GODINHO

Nos últimos meses, tornou-se constante a avaliação sobre a marcante participação das mulheres na luta contra o golpe, encaminhado por meio de um impeachment. Isso se refere tanto à presença das mulheres no conjunto das manifestações e atividades, como também à visibilidade e força da agenda feminista. Nesse artigo, buscamos olhar essa presença, refletindo sobre dinâmicas recentes do feminismo no Brasil.

O Brasil é um dos países da região da América Latina e Caribe que tem um dos mais fortes e enraizados movimentos de mulheres. Isso se deve a um processo complexo de construção do movimento, e com certeza está vinculado ao peso que setores de esquerda deram a essa construção. Essa foi uma contribuição determinante para a ampliação do debate sobre o feminismo e da organização das mulheres em vários espaços.

A pesquisa “Mulheres brasileiras nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, indicou elementos importantes em relação ao debate sobre a

consciência e a percepção das mulheres. Naquele momento, a pesquisa revelou um alto grau de consciência das mulheres sobre distintos aspectos das relações sociais que marcam a situação das mulheres na sociedade brasileira, e um posicionamento otimista frente à vida. A segunda pesquisa, realizada em 2010, em parceria com o SESC, mostrou um percentual expressivo de mulheres declarando uma identificação com o feminismo. Ainda que com compreensões distintas, essa identificação pode ser interpretada a partir das respostas encontradas, como uma positividade atribuída à ampliação da liberdade das mulheres, a valorização da possibilidade de ter independência econômica e pessoal, uma ampliação das expectativas de sua atuação e presença no mundo público.

Os dados e a história recente do Brasil nos autorizam a afirmar que as mulheres mudaram e têm hoje outro patamar de consciência. Uma dinâmica que se alimentou e se fortaleceu com as transformações ocorridas no país a partir de 2003. Mais ainda, potencializada pelo fato de o Brasil ter à sua frente uma presidenta mulher, com as características de Dilma, uma mulher de luta, que resistiu à tortura, que construiu sua trajetória em um projeto de esquerda. Para além de uma força simbólica, a concretude de uma realidade mostrando que “as mulheres podem” contribuiu para esse aumento de conscientização entre as mulheres.

DINÂMICAS DE AMPLIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES

A forma de organização e dinâmica do movimento de mulheres no Brasil se alterou muito a partir do ano 2000. No bojo da radicalização do neoliberalismo, o feminismo passou por um processo de reposicionamento e recomposição. Essa dinâmica se expressava tanto na visão e plataforma política como na participação, inclusive com uma renovação geracional. A construção da Marcha Mundial das Mu-

lheres (MMM) foi um marco inicial desse processo que foi se ampliando em outros setores.

Naquele momento, houve a retomada de um questionamento global do modelo vigente que fez retomar o debate de classe e consolidou uma crítica anticapitalista e antipatriarcal no movimento. A MMM intensificou mobilizações feministas com centralidade na ocupação de espaços públicos e organização de ações simultâneas em vários estados e mesmo internacional. É parte desse processo a organização de uma batucada feminista, das intervenções urbanas deixando mensagens feministas nos muros, com as colagens de lambe-lambes e estêncil. A priorização de ações públicas, de rua, com um efeito aglutinador de mulheres jovens ressaltou um aspecto de ativismo militante do feminismo, frente a dinâmicas institucionalizadas que predominavam no momento anterior. As marchas passaram a ser parte do cotidiano do movimento feminista, em um calendário de mobilização ao longo de todo o ano. As agendas políticas da MMM se concretizaram em campanhas que combinaram formação e ação, como a campanha pela valorização do salário mínimo, em 2003, a ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, a partir de 2004, que consistiu em processo contínuo de ações de denúncias, como por exemplo pichação em outdoors, e o enfrentamento às transnacionais.

A MMM construiu relação com outros setores do movimento social, e o feminismo se ampliou nesse período. São exemplos a organização das Marchas das Margaridas e as mobilizações e ocupações das mulheres da Via Campesina, como a ação no canteiro de mudas da Aracruz Celulose, em 2006. Da mesma maneira, a organização das jovens da UNE nas universidades com Encontros de Mulheres Estudantes, a partir de 2005, e a organização de campanhas e ações feministas nas universidades deram impulso à criação e multiplicação de coletivos feministas nesses espaços. Essa dinâmica de ampliação ocorreu também em movimentos que se organiza-

vam desde os anos 1980, como das mulheres negras, lésbicas e sindicalistas.

Outro aspecto relevante para reforçar a presença das mulheres como sujeitos políticos foi a prática de auto-organização dentro das mobilizações gerais. As manifestações no Fórum Social Mundial foram um marco nesse processo, que depois se seguiu nas marchas contra a guerra e demais mobilizações anticapitalistas. A auto-organização das mulheres e as ações feministas que em todo esse período foram realizadas em articulação com os processos de lutas em geral contribuíram decisivamente para a visibilidade e reconhecimento das mulheres nesse processo atual de rearticulações e de luta contra o golpe.

AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

As políticas desenvolvidas a partir do governo Lula e Dilma impactaram positivamente esse processo, tanto do ponto de vista do movimento como da visão das mulheres. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi um marco no governo para o reconhecimento da necessidade de mudanças no Estado para romper com sua estrutura patriarcal e efetivar políticas de igualdade para as mulheres. Foram introduzidas mudanças buscando alterar a perspectiva de ações e estruturas, inclusive, iniciadas nos governos anteriores. Uma delas se refere ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Tratava-se de um órgão ambíguo, porque era ao mesmo tempo de assessoria e de representação de setores do movimento de mulheres, sem a existência de uma organização da política pública para as mulheres pelo Poder Executivo. A estruturação da SPM e a mudança na natureza e estrutura do CNDM estabeleceram outro padrão de relação com os movimentos de mulheres e com a sociedade civil organizada. Em particular, destacamos a realização das Confe-

rências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2016, 2011, 2007, 2004) que envolveram centenas de milhares de mulheres militantes e gestoras de todo o país. As diretrizes aprovadas nas Conferências foram consolidadas posteriormente em um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com ações do conjunto dos ministérios e um comitê de monitoramento com representação do CNDM. Ainda como parte dessas mudanças, o CNDM deixou de ser indicado pelo Executivo, estruturando-se um processo de eleição a partir das organizações do movimento de mulheres e organismos de auto-organização de mulheres nos movimentos sociais mistos.

Propondo um novo patamar de organização de políticas para as mulheres, foi desenhada uma estratégia de expandir as secretarias como órgãos executivos nos governos municipais e estaduais. Essa definição demarcou o papel dos órgãos executivos como os responsáveis pela articulação e execução das políticas para as mulheres, e a relação com os conselhos como mecanismos de participação e controle social.

No início do governo Lula, já havia em alguns ministérios um início de institucionalização de propostas ou programas voltados para a igualdade das mulheres. Esses eram os exemplos do Ministério da Saúde e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Outros ministérios também passaram a ter programas específicos, mas efetivamente isso se deu de forma heterogênea e desigual. No caso do MDA, avançou-se no que inicialmente era um Programa, e se transformou em uma Diretoria, com ampliação do orçamento e da capacidade de desenvolver programas e alcançar um público maior. Essas ações abarcam a obrigatoriedade de titulação conjunta da terra, a criação de uma linha de crédito específica, programa de documentação, de incentivo à organização produtiva das mulheres, propostas específicas em Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), entre outras. Isso foi realizado em um intenso processo de envolvimento e diálogo com as mulheres organizadas nos movimentos do campo. Em outras

áreas também houve processos que envolveram a relação e o reconhecimento das organizações de mulheres. Em conjunto, todas essas iniciativas tiveram impacto forte e positivo na dinâmica do movimento, pois demandaram mais organicidade e capacidade de participação, diálogo e pressão.

Políticas centrais dos governos Lula e Dilma tiveram um impacto determinante na vida das mulheres. São justamente aquelas que melhoraram significativamente suas vidas e fortaleceram sua autonomia, como a valorização do salário mínimo, o programa bolsa família, a ampliação das políticas sociais, em particular o Minha Casa Minha Vida, as cotas nas universidades, o Pronatec etc.

Nesse período de grandes mudanças nas políticas públicas, o movimento de mulheres não se acomodou e seguiu tendo um crescimento. A partir da implementação de diversas dessas políticas públicas, houve a ampliação da participação política das mulheres, em particular as mais pobres e negras. Um exemplo bastante visível é o das universidades, com a participação das cotistas e do enorme contingente de jovens que acessaram as universidades com os programas de bolsas e financiamento.

Esse processo de avanços é, certamente, complexo e permeado por contradições. Na pauta ampla de direitos das mulheres, de mudanças nas relações sociais de dominação, de enfrentamento do machismo e do patriarcado, não há como negar a persistência de grandes fragilidades em uma série de temas, e a questão do aborto é a mais evidente. Outros sequer chegaram a entrar nos debates gerais, ou mesmo a serem identificados em seu impacto sobre as mulheres. Um exemplo é que, nos últimos dez anos, aumentou em mais de 500% o número de mulheres encarceradas. Esse fato está vinculado à mudança na lei de drogas, que levou milhares de mulheres à prisão por porte de pequenas quantidades de drogas. A guerra contra as drogas permanece marcada por uma ação extremamente violenta contra a população pobre e negra. O geno-

cídio de jovens negros, com imenso impacto sobre as mães, continuou crescendo nos últimos anos.

Muitas dessas pautas se tornou parte das novas dinâmicas de organização das mulheres. A luta pela legalização do aborto, o enfrentamento e a denúncia da violência contra as mulheres provocada pelos homens e pelo Estado fazem parte dos debates feministas que circulam cada vez mais na internet, mas também em âmbito local. Houve uma explosão de construção de coletivos nas cidades, nas periferias, nas universidades, nos movimentos culturais. Hoje, reconhecer-se feminista passou a ser uma identidade de mulheres de todos os espaços. Todo esse processo de construção do feminismo e de auto-organização das mulheres se ampliou ao se conectar com a agenda internacional e as redes sociais. A visibilidade do feminismo nas redes e a capacidade de mobilização das mulheres nas ruas se combinam e são uma marca importante do feminismo nos dias de hoje.

MOBILIZAÇÕES CONTRA OS RETROCESSOS NA VIDA, NA POLÍTICA E NA ECONOMIA

O ano de 2015 foi um ano de ações feministas intensas e permanentes. Algumas delas já estavam sendo preparadas e planejadas, envolveram processos de formação, construção coletiva de agenda de reivindicações e da questão do autofinanciamento. São exemplos a quarta ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que mobilizou mulheres de doze estados, em capitais e nos interiores, entre 8 de março e 17 de outubro, demonstrando o enraizamento deste movimento. A Marcha das Margaridas mobilizou 70 mil mulheres de todo o Brasil e marcou o início da luta pelo Fora Cunha. Em novembro, a Marcha das Mulheres Negras reuniu 50 mil participantes e se constituiu como um marco para o movimento de mulheres e também para o movimento negro, expressando a força da organização e da luta das mulhe-

res negras. Essa agenda expressou a diversidade e o dinamismo do movimento de mulheres e do feminismo no Brasil, assim como sua capacidade de mobilização. A essas se somou a reação contra a violência sexista, que pautou mobilizações e ações importantes com um impacto não previsível.

Desde o início do ano, o impacto da CPI da USP sobre os estupros e a violência contra as mulheres nas universidades colocou esse debate em vários espaços onde antes não tinha entrada. O ano de 2015 também foi sacudido por ações que não estavam na agenda previamente e que foram respostas rápidas das mulheres a ataques machistas, ampliando o raio de debates sobre o feminismo. Uma delas foi a campanha “Meu primeiro assédio”, iniciada pelo Think Olga nas redes sociais em resposta ao assédio sofrido por uma menina que concorria em um programa culinário na televisão. Outra resposta contundente foi a mobilização das mulheres pelo Fora Cunha, com vários atos massivos em diversas cidades, convocados em poucos dias. Essa grande mobilização foi desencadeada pela aprovação, na CCJ da Câmara dos Deputados, do projeto 5.069 de autoria de Eduardo Cunha que faz parte da ofensiva para complicar e dificultar o atendimento de mulheres vítimas de estupro, ampliar a punição e restringir ainda mais o acesso à informação para as mulheres que recorrem ao aborto.

A presença forte e a grande mobilização das mulheres também foram e são uma marca presente e crescente na luta contra o golpe. Muitas vezes se coloca a pergunta sobre qual é a relação das mobilizações das mulheres contra a violência e o conservadorismo, e a presença das mulheres nas mobilizações em defesa da democracia. A indagação é sobre se há mais especificidades, ou mais pontos de conexão.

É importante ampliar a reflexão e a análise das práticas concretas das mulheres desenvolvidas em função da divisão sexual do trabalho. A atribuição do trabalho doméstico, de cuidados e a responsabilidade pela família ainda recai sobre as mulheres. O discurso sobre o avanço das mulheres é que elas

podem fazer o que quiserem e ter qualquer profissão. Mas na realidade, em geral, as mulheres têm menor renda, acesso a um leque ainda limitado de funções e profissões. Com isso se constituem os chamados guetos femininos que concentram as mulheres em determinadas ocupações no mercado de trabalho.

Essa dimensão faz com que as mulheres, coletivamente, tenham uma preocupação particular com as crises econômicas, a diminuição de políticas sociais e todo e qualquer déficit democrático. Um exemplo contundente é a ação forte e permanente do movimento de mulheres negras para visibilizar a realidade das mães perante o assassinato massivo da juventude negra. Isso se vincula a organização local para a afirmação de alternativas culturais que marcam a resistência especialmente nas periferias.

Ou seja, há uma reação contundente das mulheres aos retrocessos e a tudo que fere o exercício de sua cidadania. As características desses anos de governos Lula e Dilma foram marcadamente de políticas que ampliaram a cidadania das mulheres e melhoraram suas condições de vida. Da mesma maneira, já vivíamos no movimento de mulheres uma intensa reação ao conservadorismo, identificado como uma contraofensiva a quaisquer avanços obtidos pelas mulheres. No Congresso Nacional, grande parte dessas iniciativas conservadoras se expressava e se fortalecia. Também se intensificaram nos últimos anos a denúncia e os protestos em relação aos meios de comunicação de massa e a publicidade machista.

Por isso é importante destacar a reação dos movimentos de mulheres e de mulheres em geral, quando a revista *Vêja* caracterizou Marcela Temer como bela, recatada e do lar. A resposta coletiva foi “Nem recatadas, nem do lar: a luta” e se expressou com artigos, posts em blogs e páginas nas redes sociais, além de atos em várias cidades.

É fato que, na medida em que cresceram as mobilizações contra o golpe, a presença das mulheres se intensifi-

cou, assim como a presença auto-organizada das mulheres nos atos gerais.

A visibilidade da mobilização das mulheres foi maior quando vinculada a reivindicações como o enfrentamento à violência e à cultura do estupro. Foi assim com as mobilizações logo após o estupro coletivo de uma jovem ocorrido no Rio de Janeiro, ou nos atos em repúdio ao PL 5.069 e ao machismo explícito na caracterização de mulheres como belas, recatadas e do lar. Todas que marcharam nessas manifestações viram o que é evidente: as palavras de ordem contra a violência, pela legalização do aborto ou pela livre orientação sexual se intercalavam e se combinavam com a denúncia do golpe, com o Fora Temer, Cunha e Bolsonaro. Esse é um processo de mobilização no qual as mulheres são parte da luta global pela democracia e também pela erradicação do patriarcado. Essa luta que no Brasil é cada vez mais fortemente vinculada ao enfrentamento ao racismo e à opressão de classe.

As mobilizações das mulheres estiveram marcadas pela presença de muitas jovens, poucas falas individuais, muitos jograis, performances, atividades culturais e interiorização. Essas características expressam tanto o crescimento do feminismo, como o fato de que a visão política que se tem no movimento interfere decisivamente no seu processo organizativo. Várias delas vêm ou foram retomadas desde a chamada segunda onda dos anos 1960, na qual o movimento feminista foi caracterizado como parte dos novos movimentos sociais, questionando a verticalização e burocratização da esquerda naquele momento. Hoje, como naquele momento, vivemos uma infinidade de expressões criativas, mas também tensões e conflitos se colocam. A forma como serão enfrentados determinará o desenlace e os próximos passos do feminismo. E com certeza, para que esse desenlace não seja capturado pelo neoliberalismo, é necessário manter uma visão classista, anti-capitalista e antirracista. Pois, se não podemos reduzir nossa luta socialista à dimensão de classe, muito menos podemos

desconectar a luta contra o patriarcado e o racismo da luta de classes. E isso define a visão que temos das formas de luta e também de sua plataforma.

DESAFIOS ATUAIS

Essa dinâmica bastante positiva do feminismo contém também riscos e está repleta de desafios. Nessa proliferação de vozes feministas, há uma diversidade de posições políticas. Muitas iniciativas de articulação e construção de convergências estão em curso, mas há também muita dispersão. Esses elementos, em conjunto, trazem o risco de que vários setores sejam alvos de tentativas de cooptação, em geral realizada pelos meios de comunicação, onde elegem algumas vozes como legítimas e outras não, com o sentido de reforçar indivíduos e não coletivos. Ao mesmo tempo, é permanente a tentativa de reduzir o alcance do debate crítico e antissistêmico.

Vinculado a isso há também o crescimento de visões que centram sua análise na política identitária, reforçando apenas a dimensão cultural e individual, e ocultando as dinâmicas materiais que estruturam e reproduzem o patriarcado e o racismo no capitalismo. Alguns meios de comunicação, e até a publicidade de marcas que costumam superexplorar o trabalho das mulheres, incorporam alguns elementos do discurso da autonomia das mulheres, mas sempre mantendo, além de padrões, uma lógica de acumulação. Isso deve nos levar a questionamentos mais profundos. O feminismo não pode ser reduzido a uma visão liberal de liberdade individual, que se realiza às custas da manutenção das velhas desigualdades.

Também é emblemática a forma como a relação entre mulheres e poder coloca desafios nesse momento. O discurso do empoderamento é frágil quando é reforçado como o objetivo do feminismo, em detrimento de mudanças mais profundas nas relações sociais; quando não questiona as dinâmicas e estruturas de poder e representação. Essa questão se

torna mais complexa nessa conjuntura, em que a luta contra o golpe está vinculada à defesa do mandato de uma mulher que foi sistematicamente atacada pelo machismo e pela misoginia. Com isso, há o risco de que prevaleça uma visão quase essencialista, que hoje é muito reforçada pelo retorno do termo sororidade, como uma ideia de irmandade entre mulheres. Não estamos contra a importância de se construir solidariedade entre mulheres, que inclui esse sentido de sororidade. Este é inclusive um princípio na construção do feminismo internacionalista e anticapitalista. Mas o debate que há que se colocar é que isso não pode mascarar as diferenças de posições políticas entre mulheres, nem impedir que possam ser feitos debates críticos em relação à condução política das mulheres que estão em cargos de poder e representação.

Há que se reconhecer que é positivo o interesse das mulheres em participar dos espaços de poder, em ter sua voz e suas posições reconhecidas. Inclusive o início de implementação de paridade em diversas organizações e espaços políticos reforçou essa ideia e fomentou a esperança de conquistas reais. Por isso, um dos desafios nesse processo de luta contra o golpe e de radicalização da luta democrática é organizar o debate sobre a reforma política e democratização do Estado para a construção de outro sistema de poder.

A derrota que sofremos pela direita conservadora exige uma capacidade de articulação e construção de unidade na ação política, com mobilização e força popular para enfrentar os retrocessos e construir uma saída política que recupere a democracia. A mobilização feminista de milhares de mulheres organizadas nas ruas, redes e roçados, reforça a exigência de que o conjunto da esquerda incorpore que o conservadorismo que ataca os corpos, os desejos e a vida das mulheres é um dos aliados mais estratégicos do capitalismo neoliberal. Portanto, as mulheres exigem mais do que uma representação formal na luta imediata contra o golpe, que é parte da luta pela transformação radical da sociedade.

A manutenção de uma dinâmica de luta e organização coletiva das mulheres terá que enfrentar um ambiente de reforço do pensamento conservador no Brasil. Com o retrocesso de políticas que terão impacto no cotidiano das mulheres, fortalecer o pensamento crítico que tem marcado as mobilizações das mulheres nesse período, com ações próprias, participação permanente nos fóruns dos movimentos e organizações sociais gerais, e disputar de forma permanente a pauta feminista radical e libertária, enraizada em uma perspectiva classista e antirracista, são ações centrais para enfrentar a nova hegemonia liberal que hoje disputa a política e a sociedade brasileira.

JOVENS CONTRA O GOLPE CONSTROEM UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

BRUNA ROSA DE ALMEIDA

A juventude brasileira, como historicamente ocorre nos grandes momentos de luta do país, tem se colocado à frente da defesa da democracia, contra o golpe e os retrocessos impostos pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Mais do que um golpe de Estado, está em curso uma contrarrevolução neoliberal. Busca enterrar a Constituição de 1988 e, com ela, nossos direitos mínimos, aplicando em um curto período de tempo uma agenda neoliberal, de Estado mínimo. Os mais atingidos são a classe trabalhadora, mulheres, jovens, negros e negras e a população LGBT.

A partir dos avanços econômicos e sociais conquistados durante os governos Lula e Dilma, as juventudes passaram a ocupar e a criar espaços públicos. Foi crescente, nesse período, a participação de jovens no interior dos movimentos sociais de dimensão nacional, a exemplo do movimento sindical, de trabalhadores e trabalhadoras rurais e populares. As iniciativas

que buscaram promover a participação juvenil na elaboração e acompanhamento da execução de políticas públicas impulsionaram novo ímpeto participativo nas três esferas de governo. Em contexto de elevação da renda das famílias, baixíssimo desemprego, ampliação do acesso à educação técnica e superior, uma nova geração de jovens passou a cobrar mais dos poderes públicos. Mais serviços públicos de qualidade, mais direitos desmercantilizados, mais e melhores condições de vida, mais democracia, mais diversidade e mais autonomia.

Nesse contexto de conquistas e avanços, também vivenciamos a reação dos setores retrógrados e neoliberais. As juventudes passaram a enfrentar reações racistas, machistas, misóginas, absolutamente violentas. Com o advento do golpe, as práticas fascistas encontraram respaldo institucional, com um programa antipovo e contra os direitos humanos. A juventude fortaleceu sua mobilização contra esse programa de barbárie.

O GOLPE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A JUVENTUDE

Durante os treze anos dos governos Lula e Dilma, tivemos importantes conquistas institucionais, quando criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), o Estatuto da Juventude, bem como a vinculação de políticas sociais ao uso do petróleo, uma vitória dos movimentos de juventude, especialmente aqueles ligados à pauta educacional. A lei passou a garantir 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, além dos 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal destinados para essas duas áreas.

Constituímos espaços de participação como a Conferência Nacional de Juventude, que teve sua 3ª edição em 2015 e foi um importante processo aglutinador das juventudes, para além dos movimentos representados no Conjuve, tendo sido um espaço de debate e de fortalecimento da luta

pela ampliação de direitos e contra o golpe.

Conquistamos políticas públicas como o Juventude Viva, que busca combater o extermínio da juventude negra e reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os e as jovens. O Plano Juventude Viva esteve aliado ao pedido de urgência constitucional enviado ao Congresso Nacional pela presidenta Dilma a respeito do projeto de Lei nº 4471/12, que amplia a investigação das mortes em decorrência da ação de agentes do Estado, como policiais. O pedido de urgência foi revogado pelo ilegítimo governo Temer. Os jovens negros são as maiores vítimas da violência letal em todo o território nacional. A necessidade de criar mecanismos de contenção da política genocida no Estado nacional é urgente. Segundo o estatuto da Juventude e o Mapa da Violência 2015, 77% dos jovens que morrem assassinados no Brasil são negros e moradores das periferias e 93% do sexo masculino; a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no país. As práticas de violência institucional, das forças policiais, estão carregadas de uma ideologia de limpeza étnica, social, higienização. Existe hoje no Brasil uma política de extermínio da juventude negra, pobre, moradora das periferias. O fato de o golpista Temer ter revogado a solicitação de urgência em relação ao projeto de lei que Dilma havia feito consolida a dimensão racista da política que ele pretende aplicar enquanto estiver à frente do governo, de forma ilegítima.

Na educação, a tragédia anunciada na Ponte para o Futuro começa a tomar forma. O governo golpista enviou ao Congresso Nacional em maio deste ano a PEC 241, que concretiza as intenções de – sob o falso pretexto de “reequilibrar” as contas públicas – congelar o orçamento público por vinte anos, reduzindo-o à correção anual conforme a inflação. Ora, o congelamento dos investimentos inviabilizará fatalmente o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação,

construídas coletivamente pela sociedade civil e o governo da presidenta Dilma. Bolsas do ProUni, FIES e Ciências sem Fronteiras, a expansão das universidades públicas e o aprofundamento das transformações que conseguimos imprimir na educação brasileira são o alvo principal do ministro Mendonça Filho (DEM), que inclusive já se posicionou favorável à cobrança de mensalidade em universidades públicas. Mas, se as universidades e escolas têm sido focos fundamentais de resistência ao golpe, também têm combatido frontalmente as medidas do governo ilegítimo. Ocupações de escolas explodem do Ceará ao Rio Grande do Sul, universidades continuam organizando atos e manifestações contrárias ao golpista Temer e professores e estudantes mantêm-se firmes na luta pela democracia e pela educação pública gratuita e de qualidade.

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

O Estado que fortalecemos ao longo dos treze anos de governo vem sendo desconstituído, deixando nítidos o objetivo real e as motivações do golpe. Porém, este é o momento em que devemos rever nossas ações. É necessário um balanço do período de construção do governo, do papel do Partido dos Trabalhadores e da esquerda como um todo. Devemos refletir sobre quais equívocos cometemos e quais ações devemos repensar para a construção de uma nova cultura política.

Nossos governos não realizaram reformas estruturais, como a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma política, a democratização dos meios de comunicação, que legitimam uma opinião predominantemente conservadora, orientada pelo consumo e rejeição de pautas coletivas. Nossos governos se eximiram de debates importantes como a regulamentação do aborto, a regulamentação das drogas, foram tardios em pausar a agenda do trabalho decente para a juventude, e o segundo governo Dilma ainda implementou o ajuste fiscal, que preju-

dicou a juventude trabalhadora pela elevação do desemprego.

Proporcionamos à juventude o acesso à universidade pública, a cursos profissionalizantes, ascensão de renda, mas tivemos muita dificuldade de politizar o debate e as conquistas, disputar de fato as consciências e abrir mais espaços de diálogos e construção de baixo para cima das políticas públicas, onde os jovens e as jovens fossem os e as agentes de formulação das mesmas.

MOVIMENTO ESTUDANTIL OCUPA

O movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileiras de Estudantes Secundaristas (UBES), Entidades Estudantis Estaduais (UEEs) e movimentos de ocupações de escolas, tem se colocado fortemente contra o golpe, construindo redes de diálogo entre os e as jovens estudantes, fomentando dentro das universidades e escolas o debate sobre o fortalecimento e a defesa da nossa jovem democracia. Em espaços como os encontros temáticos da UNE (Encontro de Mulheres Estudantes, Encontro LGBT e Encontro de Negros, Negras e Cotistas), foi reforçada a luta para derrotar o golpe, o *Fora Temer*, com o intuito de manter os direitos conquistados pela juventude na educação e avançar ainda mais na qualidade de ensino da escola e universidade pública e privada, de qualidade e com uma educação emancipadora.

Não é à toa que os neoliberais estão instaurando a CPI da UNE com o intuito de criminalizá-la, assim como fazem com o PT. Tentarão fazer o mesmo com os demais movimentos sociais e partidos de esquerda. Os golpistas sabem a força da entidade, bem como a importância das conquistas que o movimento estudantil obteve ao longo de anos de luta. Por este motivo, tentam, além da criminalização, implantar o projeto Escola Sem Partido, no intuito de calar os movimentos sociais que se consolidam nas escolas e

universidades, cercear os e as jovens dos debates e o posicionamento das professoras e professores em torno da disputa de uma educação emancipadora.

Todavia, há um contingente de jovens que não se sentem representados e representadas pelas entidades do movimento estudantil. Isso faz com que haja a necessidade de ampliação do leque de atuação e de diálogo com as juventudes da periferia, das artes, das diferentes manifestações não orgânicas das entidades representativas para que possamos ter universidades e escolas cada vez mais plurais, diversas e populares.

Os e as jovens secundaristas também têm se colocado na disputa da sociedade quando questionam a forma de organização do sistema e a ausência de espaços democráticos nas escolas. Por este motivo, os secundaristas as ocuparam e saíram vitoriosos em diversas partes do país.

No Rio Grande do Sul, o governador José Ivo Sartori (PMDB), que se recusava a dialogar com os estudantes mesmo após a ocupação de mais de 170 instituições de ensino, após a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado foi obrigado a ceder à pressão do movimento estudantil. As e os estudantes conseguiram barrar o PL 44/16, que buscava privatizar as escolas públicas estaduais; barrar a votação do PL 190/15, a lei da mordaza, que prevê a extinção de debates sobre gênero, sexualidade e política dentro das salas de aula; e garantir o repasse de verbas para merenda, além da reforma das instituições de ensino e a constituição de um fórum permanente de educação, que será composto por governo e sociedade civil com o intuito de debater as contas do Estado em relação à educação.

Assim como no Rio Grande do Sul, em São Paulo, através da luta dos estudantes, das ocupações das escolas e da Assembleia Legislativa do Estado, foi instaurada a CPI da máfia da merenda. Ainda no Rio de Janeiro, por conta das ocupações nas escolas, os deputados estaduais aprovaram um projeto de lei para instituir eleições diretas, por voto secreto, para diretores de escolas estaduais. A aprovação retomou um direi-

to que ficou suspenso por treze anos: as eleições dos diretores das escolas da rede estadual, o que demonstra que a juventude está, para além de defender a democracia, construindo de fato espaços democráticos nas instituições de ensino e rompendo com a forma como o sistema se organiza.

A JUVENTUDE QUER VIVER COM DIGNIDADE E AUTONOMIA

Vivemos um momento histórico de protagonismo dos e das jovens. Queremos fazer parte da construção de espaços democráticos, de união, liberdade, igualdade, autonomia e de horizontalidade. Fomentamos espaços de autogestão, em rede e nas redes. A rede social tem sido uma grande ferramenta, um processo, uma ligação entre as pessoas, em que a comunicação se dá entre todas e todos e em que a adesão a uma pauta se faz por convicção. Para manifestação de rua, demonstração coletiva de uma determinada vontade, tem sido um grande instrumento, além de um espaço de intercomunicação horizontal e uma possibilidade de ampla camada da população ter acesso a informação alternativa aos grandes meios de comunicação. A juventude tem criado grandes redes independentes de comunicação. Através das redes sociais, eles e elas têm sido agentes que nos possibilitam o acesso às informações, denunciando o golpe e, mais que isso, podendo disseminar sua opinião e fomentar grandes debates na sociedade.

As juventudes organizadas utilizaram muito bem as redes na luta contra a Redução da Maioridade Penal, por exemplo. O festival Amanhecer Contra a Redução mobilizou a ocupação simultânea de mais de quatrocentas praças pelo país, envolvendo artistas, coletivos e milhares de jovens em ações virtuais e de rua.

Juntamente com a juventude das periferias, os coletivos e movimentos conseguiram se articular nas redes, por vias presenciais, na ocupação dos espaços públicos. Com o envol-

vimento da cultura, conseguiram em um primeiro momento barrar a redução e criar um grande espaço de disputa da consciência da sociedade em relação à criminalização e ao extermínio da juventude negra.

Nas periferias, milhares de jovens articulam-se por meio de projetos culturais, economia solidária e dos debates sobre a vida precária nas grandes cidades. A violência policial, a melhoria e ampliação de equipamentos públicos de uso coletivo, as políticas de combate ao racismo são todos temas que organizam jovens de periferia de grandes cidades. Eles utilizam amplamente as tecnologias de informação e criam canais próprios de comunicação. Assim, constroem seus próprios instrumentos de resistência.

As jovens mulheres estão na linha de frente para barrar o golpe. A luta histórica das mulheres é por ampliação de direitos, bem como pela ampliação e fortalecimento da democracia. Ainda temos muito o que avançar. É preciso consolidar uma democracia que respeite a autonomia, os direitos no trabalho e na vida, a vida sem violência, o tempo para criar, a privacidade e a liberdade nas ruas e nas redes. Uma democracia na qual a justiça não seja seletiva, que a igualdade seja de verdade, e para todas e todos.

Alguns elementos demonstram que vivenciamos um processo de renovação das práticas políticas das juventudes em luta. Entre eles, podemos destacar: a ascensão de práticas colaborativas que utilizam amplamente as tecnologias de informação e ações coletivas simultâneas em diversas cidades, com ampla e imediata solidariedade de outros setores sociais; a intensa complementariedade entre ação em redes sociais e mobilizações de rua; e as pautas de reivindicação que têm origem de forma segmentada e possuem hoje muito mais capacidade de serem universalizadas, por efeito dos dois elementos anteriores. A renovação das práticas políticas dos movimentos de juventude atualiza mecanismos de solidariedade, de valorização da democracia e da liberdade – e, de forma combativa,

reforça o caráter popular de suas lutas.

A III Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2015, foi um espaço fundamental de encontro dessa diversidade de práticas e imaginações políticas. Permitiu sintonizar gerações de militantes democráticos e socialistas, como Dilma, Mujica e os vários e as várias jovens presentes. Reforçou a luta civilizatória contra a redução da maioridade penal, a criminalização e o extermínio da juventude pobre e negra – e a integrou com a luta democrática e por mais direitos.

A ENCRUZILHADA DA JPT

O momento de acirramento político-ideológico que vivemos no Brasil exige maior radicalidade do PT e da juventude do partido. A organização partidária é necessariamente um processo de construção de uma consciência política, e, quando a opção por uma estratégia conciliatória esvazia a consciência da urgência da luta pelo socialismo, é o partido que perde o seu potencial militante e revolucionário.

A JPT é um exemplo nítido desse esvaziamento e dos desvios institucionalistas do partido. É sintomático que, em meio ao movimento golpista da direita, a maioria da direção do partido estivesse empenhada em derrubar um companheiro petista da Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal, ao invés de auxiliar na articulação da juventude petista na luta contra o golpe. E é preciso reconhecer que a juventude do PT “desacumulou” em relação à sua organização partidária nos últimos anos.

Entre 2007 e 2011, passando pelo 3º Congresso do PT, pelo I Congresso da JPT e pelo 4º Congresso do PT, o conjunto da juventude petista ampliou muito a sua consciência política e se preparou para apresentar ao partido uma nova visão organizativa que pudesse ser capaz de qualificar a relação do partido com a sua militância jovem e com os/as milhões de jo-

vens simpatizantes do PT. Apostamos na organização de uma juventude partidária com relativa autonomia política e estrutural para participar e dirigir processos de luta e mobilizações militantes, de massas e identificadas com a construção do socialismo democrático. Isso pressupunha iniciativas para valorizar o papel dirigente e organizar a juventude petista na sua pluralidade política, diversidade e nos seus territórios de atuação.

No entanto, na contramão dessa imaginação política, prevaleceu uma maioria descompromissada com esse processo e que utilizou a nova estrutura montada para recompor burocraticamente o seu domínio, antes fragilizado, sobre a juventude petista. Essa opção política contribuiu para afastar o nosso partido de uma relação ampla, viva, dinâmica, permeável com a juventude da classe trabalhadora, impedindo-nos de uma interação mais profunda com os valores políticos e os ativismos praticados pela atual geração de jovens. Com essa construção, a JPT tem sido incapaz de participar e disputar os rumos das principais mobilizações e lutas políticas em curso e incapaz de contribuir com o conjunto do partido para suas necessárias mudanças organizativas e de estratégia. A verdade é que a JPT, com isso, se tornou desnecessária para o partido, que terceiriza a construção de uma juventude rebelde e ousada para outras organizações do nosso campo e enfraquece ainda mais a organização coletiva de uma juventude militante, de massas e socialista no interior do próprio partido.

Por isso, entendemos que a JPT está numa encruzilhada e precisa fazer escolhas políticas decisivas: será capaz de reconstruir a sua capacidade militante e seus compromissos democráticos ou deixará de ser o espaço de construção política da juventude petista?

O III Congresso da JPT não conseguiu resolver esse impasse e terminou com cerca de metade dos participantes decidindo não participar da plenária final, organizar um ato político de ocupação da cúpula do Congresso Nacional exigindo o #ForaCunha e construir uma nova articulação de lu-

tas da juventude petista: o Movimento da Juventude Petista.

O Movimento da Juventude Petista surgiu do reconhecimento de que os e as jovens petistas militam muito, estão presentes em diversos movimentos sociais, desejam construir uma sociedade livre das opressões, mas não encontram espaço de construção nos marcos institucionalizados e engessados que definiram a JPT. Ele pretende servir como uma plataforma de articulação e mobilização dos e das jovens petistas em torno das principais lutas da juventude e do povo brasileiro. Poderá contribuir para manter a unidade das forças partidárias que lutam por mudanças no PT e para construir agendas comuns que fortalecem a atuação nacional e nas bases do partido. O MJPT é a nossa esperança de uma juventude combativa, socialista e militante nas lutas de massas.

MJPT: MUDAR O PARTIDO E MOBILIZAR A JUVENTUDE CONTRA O GOLPE

Quando a construção de uma sociedade socialista livre de opressões de classe, raça, gênero e sexualidade deixa de ser a síntese da ação partidária, o conservadorismo e o fascismo avançam. A tarefa central para os e as jovens petistas é, portanto, mudar o PT. Teremos em dezembro o Encontro Extraordinário do PT e, antes dele, iremos lutar para que ocorram plenárias municipais e estaduais, onde possamos fazer um balanço autocrítico que aponte os novos desafios do partido na luta de classes. A juventude petista nos municípios e articulada nos estados tem opinião sobre os rumos do PT, está junto dos movimentos sociais na disputada da sociedade contra o golpe e deve ter protagonismo, vez e voz dentro do partido retomando nosso projeto máximo de construção de outro mundo possível.

A mudança que queremos no partido não se expressa apenas por meio de resoluções, mas na prática cotidiana, nas

atitudes dos e das dirigentes, na capacidade de refazer os vínculos orgânicos do partido com as lutas sociais da classe trabalhadora e do povo brasileiro. Nesse sentido, o esforço de afirmar uma juventude combativa, socialista e militante nas lutas de massas se concretiza com a nossa participação efetiva no calendário de lutas contra o golpe da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo.

Também devemos pensar as eleições de 2016 como um espaço para fortalecermos a luta pela democracia, contra o golpe e o surgimento de novas lideranças mais representativas das nossas lutas. Temos que garantir candidaturas reais e orgânicas de jovens, mulheres, negros e negras e LGBTQs, e que o partido esteja comprometido com responsabilidade com essas candidaturas. Para elegermos projetos que valorizem os espaços públicos, que pensem a cidade como um espaço de socialização e fortalecimento da cidadania, onde os e as jovens possam circular com segurança e sem discriminação, que garantam espaços de participação, transparência e controle social, como o orçamento participativo, que organizem a inclusão produtiva, e que o façam através do debate sobre o trabalho decente para a juventude, do acesso à cultura e lazer. Precisamos garantir que a juventude dispute as eleições em condições de igualdade com as demais candidaturas e que estejamos envolvidas e envolvidos na construção das plataformas eleitorais e posteriormente na execução dos futuros governos.

A juventude brasileira tem demonstrado seu poder de articulação e construção dos diversos setores dos movimentos sociais. Há uma parcela cada vez maior de jovens que não aceitam o sistema como ele está colocado hoje, que está disposta a construir uma nova cultura política, defender e fortalecer a nossa jovem democracia. Estes jovens não irão permitir que a política seja conduzida por aqueles que a disputam apenas para se consolidarem em espaços de poder ao invés de representarem a população brasileira na resolução de suas demandas e necessidades, na sua pluralidade, na sua luta.

ÀS PONTES

Necessitamos retomar nossos núcleos de formação, de debates e de formulação nas universidades, nas escolas, na periferia, nas fábricas, nas praças, pois somente com o debate, com a formulação conjunta, com a radicalização da democracia, criaremos um grau de consciência de massas capaz de consolidar uma nova estrutura política, de relações sociais, sem preconceitos, pelo fim do patriarcado, do racismo, da homofobia, em que as relações de trabalho sejam outras e um mundo socialista seja possível.

Com isto, fica evidenciado que, para além de barrarmos o golpe, é necessário que sejamos capazes de rever nossas ações para enfrentar a conjuntura, que façamos reformas estruturais e que comecemos com as estruturas onde nós mesmos nos organizamos. Que consigamos construir pontes entre a luta e aqueles e aquelas que nos antecederam até o momento e as novas formas de diálogo com a juventude. Que esta ponte seja balizada em formulações para além das nossas pautas individuais, e que possamos lembrar sempre que nossa luta tem como horizonte a construção do socialismo. Que possamos nos reinventar e intensificar nossa auto-organização para fortalecer a resistência. Que sigamos ocupando as ruas, as redes e o campo pela democracia, reforçando as alianças entre os movimentos sociais e os diversos setores da sociedade contrários ao golpe!

Que possamos seguir conquistando corações e mentes pela construção do mundo em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres!

A CULTURA E A LUTA PRESENTE

MÁRCIO CAETANO

O texto aqui publicado é uma contribuição ao trabalho de leitura e compreensão sobre a atuação e a luta dos movimentos culturais contra o processo de golpe político-institucional travestido de impeachment, em curso no Brasil. O campo cultural se converteu em uma trincheira capaz de unir diversos segmentos que se organizaram em resistência ao ataque proposto e executado pelo governo interino de Michel Temer aos direitos civis conquistados durante os governos petistas, em particular no período entre 2003 e 2016, em nosso país

Cabe indagar: por que o primeiro gesto, a primeira medida, do governo interino foi extinguir o Ministério da Cultura e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e também todas as secretarias das ações afirmativas?

Em sua breve trajetória, a democracia brasileira tem buscado uma ampliação das liberdades e a criação e efetivação de direitos individuais, sociais, políticos, econômicos e culturais. Sua feição mais substantiva, conquistada nos últimos governos sob a gestão do PT, ainda que não represente uma ruptura radical, tendendo para uma perspectiva conciliadora, fez acordar os sentimentos e atitudes mais conservadores e reacionários das elites e de parte da sociedade brasileira, o que inclui sua classe média. Esses segmentos assumiram seu caráter antidemocrático e articularam mais um golpe na história do país, um golpe parlamentar-financeiro-midiático-jurídico-policia-religioso.

A farsa representada pelo processo de impeachment gerou um duro golpe na democracia brasileira, nas esquerdas partidárias, nos movimentos sociais, nas forças progressistas, mas, apesar da ferida aberta, da fratura exposta, também ativou e reanimou politicamente diversos setores da sociedade brasileira. Parcelas importantes da população se mobilizaram em defesa da democracia, em defesa de direitos conquistados, e também em defesa do mandato da presidenta legitimamente eleita.

Durante as gestões do presidente Lula, com Gilberto Gil e Juca Ferreira à frente do Ministério da Cultura, presenciávamos uma grande aproximação com vários segmentos do campo cultural, artistas, produtores, pesquisadores, trabalhadores da cultura, ainda que alguns setores da intelectualidade também tenham experimentado um movimento inverso, afastando-se do governo e do PT, por discordância com outras políticas assumidas. Com o advento do primeiro governo Dilma, o Ministério da Cultura perdeu força, importância, prestígio e orçamento, o que implicou uma crise e um afastamento de vários atores, agentes, entidades representativas e movimentos culturais, que até então faziam parte do campo de alianças e aliados políticos.

As manifestações de rua e as outras formas de luta contra o “impeachment” agruparam e colocaram em um mesmo lado diversos protagonistas. Os agentes e atores culturais tomaram, desde o início, posição contrária ao afastamento da presidenta e em defesa da democracia, mesmo tendo entre si visões diferentes acerca do governo Dilma. A cultura se projetou na linha de frente, ocupou as ruas, as praças, os atos públicos e também ocupou fisicamente prédios-sedes de órgãos e autarquias vinculados ao Ministério da Cultura, inventando novas modalidades de luta.

Foram as mobilizações dos militantes da cultura que impuseram a primeira derrota e recuo do governo interino de Temer, revertendo a decisão de extinguir o Ministério da

Cultura. Mas essa vitória não implicou na desmobilização do movimento Ocupa MinC. Ao contrário, as manifestações e as ocupações se expandiram por todas as capitais do país.

ALGUMAS NOTAS SOBRE O MOVIMENTO OCUPA MINC

O movimento que levou à ocupação dos prédios-sedes de órgãos e autarquias vinculados ao Ministério da Cultura em todos os estados brasileiros é provavelmente o maior movimento político do campo cultural brasileiro em sua história – e uma das mais importantes manifestações de resistência e denúncia do golpe de Estado implementado através do processo de impeachment e afastamento da presidenta Dilma. O movimento das Ocupações MinC, ao lado do movimento dos secundaristas de ocupação das escolas, já é um dos gestos mais inventivos e ousados da política brasileira do último período, em que a imaginação política deslanchou.

SOBRE SUA GÊNESE E FEIÇÕES

O disparo inicial para a criação e expansão do movimento das Ocupações MinC foi o anúncio feito pelo governo interino da extinção do Ministério da Cultura, que seria transformado e rebaixado à condição institucional de uma secretaria, que inicialmente seria vinculada ao Ministério da Educação, o que provocou as primeiras reações no campo cultural, com a manifestação de diversos atores culturais e políticos se pronunciando contrários à tal medida inaugural da nova política cultural do governo Temer. Assim, o governo interino teve que repensar sua posição e propor a criação de uma secretaria especial agora vinculada à Presidência da República.

O movimento se iniciou no dia 13 de maio de 2016 com a ocupação da sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Curitiba (PR). Menos

de uma semana depois, já no dia 17, órgãos e autarquias vinculados ao Ministério da Cultura em sete capitais já haviam sido ocupados e assim se sucederam outras ocupações até que se alcançou a totalidade dos estados da federação, atingindo todas as capitais brasileiras. Os movimentos locais de ocupação também se conectaram rapidamente em escala nacional, compartilharam suas pautas, suas experiências de resistência e proposição de uma nova agenda política, que extrapolou a mera reivindicação pela volta ou recriação do MinC.

Essa forma de organização tem como uma de suas características principais a horizontalidade diretiva e a auto-organização. Suas deliberações se dão em assembleias, onde se apresentam e se discutem as pautas do movimento e se delibera sobre suas ações e atividades, que são encaminhadas e operacionalizadas através de seus grupos de trabalho e comissões (comunicação, infraestrutura, programação, finanças, segurança etc.). O movimento assumiu a gestão dos espaços, passou a habitar as sedes dos órgãos públicos ocupados, estabeleceu seus acordos de convivência, partilhou as responsabilidades e cuidados e criou seus códigos de entendimento. O movimento das Ocupações MinC demonstrou coragem e inteligência próprias. A sua capacidade de mobilização e comunicação também é algo próprio ao movimento; a invenção de suas formas de comunicação, interna e também externa ao movimento, é de uma conexão rápida e através de redes virtuais e físicas, com muita capilaridade e poder de alcance via mídias sociais, articulando-se com outras frentes de movimentos resistentes ao golpe em curso. O movimento não se voltou para si mesmo e para sua pauta específica. Desde o início, foi dito que o movimento não era apenas pela recriação do Ministério da Cultura, mas pela defesa da democracia e dos direitos conquistados, que o movimento não reconheceria como legítimo o governo interino de Temer e que, assim, também não negociaria com representantes deste.

A Ocupa MinC é um movimento autogerido, plural, horizontal, feito por artistas, ativistas, trabalhadores da cultura, alimentado por uma rede de coletivos, em que as relações pessoais e afetivas são exercícios políticos democráticos. A ocupação dos espaços públicos foi reivindicada e apreendida pelos coletivos em luta como ato político e movimento social contemporâneo que questiona e nega a tradição autoritária do Estado patrimonialista.

O movimento das Ocupações MinC provocou e propõe uma nova forma de fazer política. Ele acionou a esfera da imaginação política, não apenas a repetição de táticas e estratégias políticas já existentes em outros movimentos sociais tradicionais ou sob a chancela de partido ou sindicato. E a imaginação política aqui é algo concreto, conectada com a realidade, com forças e movimentos ativos presentes na dinâmica social. Os processos desencadeados com as ocupações, em cada uma delas, não estavam anteriormente dados, assim como não estavam dadas ou previamente estabelecidas todas as pautas e reivindicações que uma vez atendidas implicariam nas desocupações. O movimento se expandiu no dia a dia, no boca a boca, no mural a mural do Facebook e no corpo a corpo ao vivo.

A dinâmica dos espaços ocupados também foi outro exercício de criação e inteligência coletiva. O modo como o movimento soube propor diálogos e ações com outras forças da sociedade civil, a maneira autônoma que demonstrou durante todo o processo são ensinamentos e aprendizados que merecem nossa atenção e respeito.

A programação que alimentou e deu vida ao cotidiano das ocupações foi elaborada, discutida e oferecida pelos trabalhadores da cultura, artistas, produtores, pelos que passaram a residir e frequentar as ocupações, atividades culturais, apresentações musicais e cênicas, rodas de conversa, debates sobre temas das artes, da conjuntura e das lutas políticas e sociais. Outros atores também foram atraídos. Professores universi-

tários transferiram suas aulas para os espaços físicos das ocupações, outros movimentos sociais trouxeram e trocaram relatos de suas experiências. Houve almoços coletivos, ciclos de conversas sobre direitos humanos, gastronomia e feminismo, cortejos, oficinas de cartazes, exibição de filmes e bate-papos com seus realizadores e mais um conjunto de atividades, além das plenárias diárias para tratar das pautas, das demandas, das necessidades, dos atos públicos, das agendas dos outros movimentos e convergências das manifestações e do movimento nacional das Ocupações MinC.

Assim, o movimento desenvolveu uma agenda de programações e atividades culturais e de discussões e formação política que extrapolou o caráter de apenas uma ocupação de um espaço físico. O movimento também foi para a rua, fez atividades que movimentaram os entornos dos espaços ocupados, atraiu atenção e também público para as suas atividades, além de criar uma comunicação diária própria, divulgar sua agenda, produzir conteúdo, notas, textos e também imagens, vídeos, como forma de registrar, documentar e compartilhar todas as suas ações nas redes sociais.

Isso implicou em uma nova visibilidade. O movimento revelou sua cara multifacetada, colocou-se na vanguarda dos movimentos sociais que ocuparam as cenas e as ruas em nome de uma luta política contra o processo de golpe travestido de impeachment. Também implicou numa mudança na percepção social sobre a cultura. Para a direita, a cultura sempre foi o senso comum ideológico, instituído pelos costumes, mantido pelos hábitos e reproduzido pelos meios de comunicação. A cultura está em toda parte como senso comum ideológico da classe dominante e que é transmitido e conservado pela classe média. É para as esquerdas que a cultura é um problema, é uma questão a ser pensada e debatida. A cultura é o que nos define e a maneira como nós definimos todas as outras coisas.

Por isso, a luta do movimento das Ocupações MinC não se restringe aos produtores e trabalhadores da cultura, aos

artistas, aos criadores, aos intelectuais e pensadores, mas diz respeito a toda a sociedade brasileira.

SOBRE A AGENDA E POR QUE LUTAM

Desde o início das Ocupações MinC, foi decidido através de assembleias que o movimento não se restringiria apenas à palavra de ordem pela volta do Ministério da Cultura. O movimento colocou-se contra todas as medidas arbitrárias implementadas pelo governo interino, contra a diminuição e retirada de direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores e trabalhadoras e também pelas minorias sociais, assumindo como palavra de ordem o “Fora Temer e nenhum direito a menos!”.

Quando o governo interino recuou e anunciou a “recriação do MinC”, o movimento comemorou essa conquista como uma primeira vitória, entendendo que não era apenas sua, mas do conjunto dos movimentos sociais e de sua capacidade de organização e mobilização, mantendo e ampliando as ocupações realizadas em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Cultura nos estados brasileiros.

Os documentos produzidos nas diversas ocupações, as notas e manifestos traduziram essa compreensão de unidade e diversidade das lutas. Os ocupantes, artistas, produtores e trabalhadores da cultura se identificaram como aliados de uma mesma ou de várias frentes compostas por mulheres, indígenas, estudantes, pequenos produtores, sem-terra, sem-terra, quilombolas, negros e comunidade LGBT. O movimento Ocupa MinC busca agregar, através das pautas da cultura, outras lutas e movimentos. Em suas ações e atos, defende a recriação das secretarias das ações afirmativas, da Secretaria dos Direitos Humanos, das Mulheres, das Pessoas com Deficiência, da Igualdade Racial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia, além de se colocar na defesa do SUS, da EBC, de programas sociais como o Minha Casa

Minha Vida, o Ciência Sem Fronteiras, o Mais Médicos. Ou seja, compreende essas questões como transversais e interdependentes, além de conquistas e direitos que precisam ser preservados e ampliados.

O movimento compreendeu desde o seu nascimento que o que está em jogo é a própria democracia brasileira. O que está em disputa é a diminuição ou manutenção de direitos. É o avanço de uma onda reacionária, fascista e antidemocrática.

O movimento Ocupa MinC talvez seja mais bem entendido como um movimento de movimentos: são vários movimentos locais que se conectam pelas suas pautas e também pelas suas formas de lutas, suas identidades e também suas diferenças, por uma invenção própria, em que várias bandeiras específicas, vários indivíduos, coletivos, desejos, vontades, compõem um corpo ampliado, feito de colagens, de onde emergem várias vozes. E na luta conjuntural do presente amplificam o enunciado “Fora Temer e nenhum direito a menos!”, mas seu futuro e sua aposta são outros, vão além, querem atravessar a estrutura da política tradicional, não se reconhecem no velho teatro da representação política. A exigência por horizontalidade nas relações sociais e políticas, assim como a experiência de democracia exercitada no cotidiano das ocupações, afirma o desejo por mais liberdade no campo do vivido.

O MOVIMENTO PÓS-OCUPAÇÕES

O movimento Ocupa MinC já apontou o caminho para uma nova reconfiguração de sua organização e agenda a partir do encontro e do ato nacional realizado em Brasília nos dias 27, 28 e 29 de junho. O encontro teve como um dos temas de discussões “A cultura e as alternativas de resistência”. O movimento aposta em um novo momento de lutas e novas ações pensadas e articuladas nacionalmente, tendo como ho-

rizonte estratégico a luta por direitos e por reformas e mudanças políticas estruturais.

Propõe que, através da arte, de ações diretas e intervenções culturais, sejam recriadas novas narrativas que provoquem também espaços novos de experiências democráticas. A aposta é que o movimento se capilarize ainda mais; que nas ruas se conecte a outras lutas, a outros movimentos sociais, como o movimento dos secundaristas; que, através da coexistência com a diversidade de sujeitos, reexistam na luta por mais liberdades e mais direitos.

APONTAMENTOS PARA A POLÍTICA DA DS

A primeira questão, ou tarefa de aprendizado, é perceber e reconhecer a centralidade e o papel constitutivo da cultura em todos os aspectos da vida social. É preciso ter esse entendimento primeiro. A cultura como uma dimensão fundamental da nossa formação-invenção e como dimensão estratégica para o desenvolvimento de nosso projeto de país.

A segunda questão, digamos, mais conjuntural, é perceber e reconhecer o campo cultural e seus movimentos políticos como sujeitos estratégicos e aliados prioritários na luta em defesa da democracia e na resistência à tentativa de golpe em curso no nosso país.

A terceira questão é aprender com as novas modalidades de luta e com as novas formas de organização imaginadas, inventadas e colocadas em experimentação nas ruas, nos atos e ocupações promovidos pelos movimentos culturais e artísticos. Perceber seus arranjos horizontais, plurais, fluidos, capilares, não estáticos ou preestabelecidos ou verticalizados, entender que as relações pessoais e afetivas vividas nos atos e ocupações são experiências de radicalização da democracia, em que a representação é questionada e posta em xeque.

A quarta questão seria uma proposição para que os demais movimentos e setores organizados, como os movimentos de mulheres, negros, estudantes e LGBTs, possam convergir para essa pauta transversal que é a cultura, que também é terreno onde todas essas questões de gênero, orientação sexual e raça se manifestam. E assim possamos compor frentes de movimentos, intercambiar repertórios, pautas e lutas.

ENTREVISTA

NATÁLIA SZERMETA E JOSUÉ ROCHA,
DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

POR JOAQUIM SORIANO E EDUARDO VALDOSKI

“A VANGUARDA BRASILEIRA VAI SER FEITA
POR FAVELADO, POR PESSOAS QUE ESTÃO EM
SITUAÇÕES PRECÁRIAS DE VIDA”

JOAQUIM: Vocês poderiam contar um pouco como foi o início da organização do MTST?

NATÁLIA: O MTST é um movimento que surgiu em 1997 atuando em Campinas. Organizou uma ocupação em uma comunidade muito grande da cidade, chamada de Parque Oziel, que é até hoje uma grande favela. O movimento surge num período no qual haviam grandes ocupações nos centros urbanos, feitas com a venda de lotes irregulares. Havia pessoas que grilavam a terra e vendiam para as pessoas que estavam vindo do meio rural e de outros estados do país. A década de 1990 foi marcada pelo combate a esse tipo de ocupação. Nesse contexto, o MTST surge como um movimento que propõe a mobilização e a luta para a construção de moradias populares, um período muito difícil, quando não existia programa habitacional no país. O que existia eram programas ligados aos governos estaduais e municipais, não existia um programa que unificasse o país no combate ao déficit habitacional.

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

Inicialmente, o movimento foi produto de uma discussão do movimento sem-terra, o MST, de alguns companheiros que atuavam no meio rural e observavam que naquele momento era necessário construir um movimento de organização nas cidades e assim deslocaram alguns companheiros pra fazer essa movimentação. A partir daí o MTST se consolidou, construiu uma direção própria e começou a fazer suas ocupações nas periferias e se consolidar como um movimento urbano autônomo, parceiro do MST, mas com uma direção própria.

No começo dos anos 2000 o movimento fez uma grande ocupação em São Bernardo do Campo, em um terreno da Volks, com a qual o MTST ganhou alguma notoriedade, foi uma ocupação muito grande. Era a ocupação Santos Dias, foi logo quando o Lula assumiu e tinha uma sensação da esquerda de que agora era hora e vamos ocupar que vai sair, vai ter reforma urbana, vai ter reforma agrária, e a gente fez uma grande ocupação que teve um despejo bem violento, não teve nenhum diálogo, nenhuma negociação, as famílias ficaram na rua.

Em 2007, o MTST fez uma ocupação que ficou na história do movimento, foi a ocupação João Cândido, em Itapeperica da Serra, na divisa com São Paulo. Fizemos uma grande marcha até o Palácio dos Bandeirantes [sede do governo do estado de São Paulo] e como resultado conquistamos o terreno onde ficam as unidades habitacionais do condomínio João Cândido, construído através do Minha Casa Minha Vida Entidades.

JOAQUIM: Sobre essa ligação orgânica que o MTST teve com o MST em seu início, quando é que tem uma conformação própria?

NATÁLIA: Ela se inicia após o despejo do Santos Dias, em especial, quando começa a ter uma avaliação dos companheiros de que a organização no meio urbano é um espaço muito difícil de acumulação de forças. Para nós, as ocupações não são

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

apenas para conquista da moradia, elas têm o objetivo também de acumular forças na luta política, até porque você não consegue moradia popular, se não for através de política pública, você precisa ter força de mobilização e de pressão para poder tencionar para que o orçamento vire para o lado de cá.

Como o movimento era pouco consolidado no meio urbano, não tinha uma metodologia para trabalhar na cidade, avaliamos que era preciso dar um passo atrás e pensar outras formas de acumular forças. Uma outra parte dos companheiros avaliaram que era importante seguir esse caminho, que o problema habitacional seria um problema gigantesco em pouco tempo e que isso seria uma força mobilizadora importante. E aí deu sequência ao movimento.

JOAQUIM: E a nacionalização do movimento como é que se dá?

JOSUÉ: Nesse período, pré João Cândido, já havia um ensaio dessa nacionalização. Houve algumas iniciativas no Rio de Janeiro de ocupações mesmo antes, mas que enfrentaram processo de violência muito grande. Há uma grande dificuldade em se fazer ocupação no Rio de Janeiro. Inclusive houve o assassinato de dois companheiros militantes do movimento, aí acabou optando-se por retomar em São Paulo. E a nacionalização se deu, a princípio, partindo de uma militância organizada em São Paulo, então o movimento foi consolidando um trabalho aqui e através da ida de companheiros para outros estados foram sendo construídos outros processos. Foi assim em Brasília, houve a avaliação de que era importante consolidar o movimento lá, aí foram companheiros pra fazer as primeiras ocupações e iniciar um trabalho. Mas o processo de maior nacionalização mesmo acontece pós 2013, que é um período de crescimento mais acelerado do movimento, com uma série de ocupações aqui em São Paulo, já com uma base bem organizada e depois durante a Copa do Mundo, quando a gente consegue ter uma expressão nacional, e aí uma série de outros atores, já organizados, passam a ter identidade com a política

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

e também começam a aderir. Então a gente consegue construir o movimento em Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Uberlândia, Curitiba.

JOAQUIM: Então, depois de 2013, com a maior visibilidade que vocês tiveram há movimentos pré-organizados de outras cidades que conformam o MTST nacionalmente?

NATÁLIA: Nesse sentido, movimentos locais se incorporam.

Josué: Como em Uberlândia. Que era o pessoal organizado mais pela pastoral da terra. De várias ocupações locais e que acabam entrando para o MTST.

EDUARDO: Alguns movimentos e até alguns urbanistas criticam um pouco o MTST por essa opção de presença na periferia, diferente de outros movimentos que ocupam prédios vazios nas regiões centrais. Vocês poderiam comentar um pouco sobre isso?

NATÁLIA: A gente tem muito respeito pelos movimentos que optam em fazer a disputa no centro da cidade. Essa é uma opção que é legítima e nós não somos contra. Mas para nós, são duas questões que nos levam a fazer ocupação na periferia. A primeira é uma decisão política: as nossas ocupações são espaços de acúmulo de forças. Então a intenção de fazer ocupação nas periferias é disputar um território no qual a maioria dos trabalhadores vivem, onde há carências de todos os tipos de serviços, portanto, não está descolado da discussão de reforma urbana, e onde é possível juntar em um terreno uma quantidade enorme de pessoas, 5, 10, já chegamos a juntar 12 mil famílias numa ocupação, onde você tem condições de construir vivências diferentes, construir lógicas diferentes de relação com a terra, com a propriedade, inclusive porque são espaços coletivizados e tudo mais, além do que você tem possibilidade de fazer grandes mobilizações. Em uma ocupação num prédio você vai fazer com um número menor de famílias e vai te possibilitar mobilizações menores.

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

Ou seja, tem que fazer muitas ocupações. Então o MTST com 18, 19 ocupações já colocava 15, 20 mil pessoas na rua. Essa é uma questão.

A outra é que temos tentado pensar uma nova política de reforma urbana. Tudo que foi debatido até hoje é muito válido, mas as cidades mudaram muito. As cidades não são mais as mesmas da década de 1980, que produziram um acúmulo interessante sobre a reforma urbana, por isso é preciso repensar a reforma urbana. Não dá mais pra ignorar que existem centros periféricos. Existem uma série de pessoas que acessam cinemas, shoppings, bancos e uma série de serviços públicos, hospitais, trabalham e não vão ao centro da cidade e isso precisa ser melhor elaborado pela esquerda. É preciso pensar a elaboração da nova cidade, elas cresceram, mudaram e a esquerda precisa ter resposta também pra isso.

JOAQUIM: Esse conceito da ocupação como território pra aprendizado e acúmulo e não necessariamente pra reivindicar aquela terra, como chegaram nisso? Alguma experiência internacional?

NATÁLIA: Foi porrada. Foi polícia.

JOSUÉ: Foi na pancada. Foi através de despejo. Despejo atrás de despejo. Inicialmente nas primeiras ocupações, Oziel Alves em Campinas, Anita Garibaldi em Guarulhos, eram ocupações pra estabelecer um novo bairro, pra brigar por aquela terra e ficar instalado ali. Que é mais ou menos como o MST ocupa. Ocupa pra pedir a reforma agrária daquele terreno. Só que nas cidades isso não funciona, porque com o crescimento das cidades, especulação imobiliária, é praticamente impossível em muitos casos você ficar num terreno. Você briga por uma política habitacional, então a gente começou a entender que, muito mais importante que se voltar para construir naquele terreno as moradias, era mais importante organizar o povo, aprovei-

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

tar o tempo naquele terreno pra organizar aquelas pessoas e mesmo saindo dali, que elas continuassem organizadas na luta por moradia.

EDUARDO: Queria fazer duas perguntas: sobre a presença no território, como é a relação com outros atores, como a igreja ou o crime organizado, que também disputam o mesmo público que o movimento? E como tem sido a experiência no condomínio João Cândido, primeiro empreendimento entregue pelo MTST?

NATÁLIA: Sobre a disputa do território, o movimento foi desenvolvendo algumas metodologias, e uma delas foi a de não ficar permanente. O fato da gente não ficar permanente já nos ajuda bastante a conseguir entrar nas comunidades, porque é um espaço que nós vamos entrar e nós vamos sair. Então ali não necessariamente é um espaço que as pessoas vão ter que conviver com a gente para o resto da vida, então isso facilita bastante nas comunidades, mas eu acho que tem um elemento que nos ajuda muito que são duas características do MTST: uma é o movimento não cobrar dinheiro das famílias. Nas nossas ocupações, não temos cobrança de mensalidade, isso abre muitas portas para o movimento nas periferias. Então a gente não vai fazer esse tipo de disputa com a Igreja. A gente tem um discurso com as famílias de que a contribuição para o MTST ela não é feita através do dinheiro, e sim através da participação das pessoas.

A outra coisa é que nós, dentro da ocupação, estabelecemos regimentos internos, e a partir das regras que são decididas com as famílias a gente estabelece um certo controle do território. Ninguém tem total controle, mas temos o mínimo de controle que permite com que as nossas ocupações possam sobreviver de forma mais tranquila. Agora a ocupação ela não é tão longe do que é a realidade das comunidades, ela não é uma bolha, então de certa forma ela acaba também tendo problemas que existem em comunidades, como violência, pessoas, jovens com problemas de uso de drogas, isso existe

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

em todos os espaços, não é? Aqui em São Paulo como o movimento tem um histórico muito forte nas periferias e porque a gente não chega do nada na comunidade, a gente faz trabalho de base, faz reuniões com as famílias, duram meses reunindo, então ali a comunidade vai nos conhecendo.

Agora sobre o João Cândido, pra nós é um desafio...

JOAQUIM: É a primeira experiência?

NATÁLIA: É a primeira experiência concreta. Vai completar dois anos de entrega dos condomínios. É uma quantidade ainda pequena de famílias. Quando forem 1090 unidades, talvez serão outros os desafios. Acho que o maior desafio nosso é a questão da sobrevivência das pessoas. Mais do que a vida no condomínio, são as condições materiais mesmo, porque as pessoas vêm para o apartamento isso não significa que ela ganhou um emprego. Então acho que a maior dificuldade é possibilitar a continuidade da luta pela moradia e também a continuidade da luta pelo trabalho. A vida no condomínio tem um custo, muitas vezes essas famílias não pagavam energia, não pagavam água, viviam em condições muito precárias, e agora têm alguns custos. É um desafio enorme de continuidade da formação, especialmente em relação à violência doméstica, em relação ao cuidado com as crianças...

JOAQUIM: Essa diferença é fundamental, a luta pela terra rural quando você conquista a terra, conquista também o meio de sobrevivência...

NATÁLIA: Sim...

JOAQUIM: Na luta urbana você conquista moradia e?

NATÁLIA: Falta o emprego, a renda...

EDUARDO: Além disso, no rural, você vai produzir e normalmente você vai organizar essa produção através de uma coo-

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

perativa, então existe uma vida coletiva, uma organização, imagino que é mais difícil no meio urbano...

JOSUÉ: A gente tem feito algumas tentativas, nas ocupações tentamos casar essa luta política, esse processo de formação com a luta diária, com o cotidiano. E aí umas iniciativas a gente tem tentado fazer nesse sentido, mantendo uma rotina de assembleias. Existem lutas importantes para o condomínio, então nesse período de quase dois anos, já fizemos luta por ônibus e conseguimos uma linha para atender, já fizemos luta pela isenção do IPTU, já fomos lá na empresa do elevador que não estava funcionando.

EDUARDO: O MTST além de protagonizar diversas mobilizações, tem se caracterizado também como um movimento que senta na mesa com os governos e dialoga sobre suas pautas, aconteceu isso no processo de discussão do MCMV, no Plano Diretor em São Paulo, como é que tem sido a reflexão sobre isso?

NATÁLIA: Nós temos demanda concreta pra atender e a gente só sobrevive negociando. A diferença é a seguinte, uma coisa é você negociar com 500 pessoas na porta, outra coisa é você negociar com 20 mil pessoas na porta, então a opção do MTST foi crescer, ser forte pra poder negociar pelo menos, quase que no mesmo patamar, podendo ter força pra fazer negociações que sejam vitoriosas pro nosso lado também, porque senão a gente tende a ser enrolado pelo poder público. Nós somos um movimento de moradia, não temos interesses imediatos na disputa institucional, então nós não temos porque ser oposição principista em relação aos governos. Nós temos críticas ferrenhas, obviamente, diferenciamos governos da direita e governos da esquerda, mas nós não temos restrição em sentar para negociar com o PSDB e o resultado disso são três terrenos desapropriados pelo governo do estado, e isso foi que possibilitou o condomínio João Cândido, o terreno é muito caro, então a gente negocia, mas sempre na perspectiva do que é importante para a luta do movimento. Nós nos propomos a ser

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

um movimento que seja referência real para o povo e um movimento que só faz discurso não é, tem que ter coisa concreta, então a nossa opção foi fazer o diálogo, para nós o mais importante é que a gente quando opte por sentar numa mesa pra negociar, que a gente tenha condições de voltar com resultado.

JOAQUIM: E agora, mais recentemente, como é que a disputa do golpe e a constituição da Frente Povo Sem Medo?

JOSUÉ: Depois da Copa do Mundo, daquele processo de mobilização, a gente optou por começar um processo de articulação com outros atores. De construção do que seria a Frente Povo Sem Medo, já enxergávamos, em 2014, um ascenso da direita, expresso também na disputa eleitoral, principalmente no segundo turno, percebemos os primeiros passos do governo Dilma, as dificuldades que os movimentos de maneira geral teriam, com uma política econômica contrária àquela que foi defendida na campanha eleitoral. Então fizemos diversas lutas, como contra o projeto de terceirização, construindo as lutas em agosto no país inteiro, e isso consolidou uma articulação que depois em outubro desagou na construção da Frente Povo Sem Medo, que é uma articulação de diversos movimentos. A Frente se propõe a ser um espaço de mobilização, que potencializa ações de rua, que consiga dar resposta rápida e foi dessa maneira que a gente construiu pra agir esse ano, num momento que a conjuntura se acirrou e que era preciso ter resposta de mobilização nas ruas principalmente após a confirmação do golpe, com a votação do senado. No dia que o Temer assumiu já estávamos na Paulista e em outros estados também, depois fizemos mobilização na casa do Temer, fomos no escritório da presidência...

NATÁLIA: A gente nunca entendeu a luta contra o golpe como uma luta em defesa do governo da Dilma, nós achamos que tem duas coisas muito complicadas nesse tipo de golpe feito

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

no Brasil, uma que é a maneira como se desrespeitou a Constituição brasileira, como eles conseguiram distorcer e abrir uma brecha muito séria. E a outra é um avanço muito grande da direita no país, com xenofobia, preconceito, e isso foram elementos que foram colocando pra nós também a necessidade de combater esse golpe com discurso de que é preciso combater um avanço da direita, que vem contra a democracia.

Nós achamos que os governos petistas utilizaram muito pouco os instrumentos democráticos que existem, que poderiam ter feito regulamentações que não existem na constituição, que poderiam ter sido regulamentadas num período onde as relações de forças eram outras. Muito se diz que a esquerda não tem correlação de forças para fazer nada, mas teve um período que a esquerda teve mais força e optou por não fazer. Não fazer o enfrentamento com os meios de comunicação que hoje são a maior arma do golpe. Optou por não fazer o enfrentamento necessário na mudança tributária, que faz com que o ajuste fiscal pegue para os de baixo, importante lembrar que o ajuste fiscal estava sendo feito no país, o povão já estava vivendo um cenário de terror e a luta contra o golpe é também a luta pela manutenção do governo que existia, o que para nós não é mobilizador, o governo que existia não era um governo bom. A demora do lançamento MCMV foi enorme, uma demora justificada pelo ajuste, foi a demonstração de que como o ajuste estava feito na prática. Não é simples a luta contra o golpe, mas para nós o fundamental nessa luta é barrar o avanço da direita, porque esse retrocesso vem acompanhado de muita criminalização.

JOAQUIM: A Frente Povo sem Medo tem uma coluna vertebral que é o MTST. Naquela manifestação no largo da batata que fomos lá pra casa do Temer, estava bem identificável uma presença marcante do MTST, mas abriu para outros movimentos e para muitas pessoas engajadas na luta democrática - mas que não militam em nenhuma organização. Muita gente que foi pra

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

rua em defesa da democracia, que é Fora Temer, mas não necessariamente volta Dilma. Como vocês abordam a questão das novas eleições já?

NATÁLIA: A Frente Povo Sem Medo é um projeto para tentar fazer a esquerda sair um pouco da bolha, para alcançar um público que tá indo pras ruas e que em grande parte são as vezes até avessos a alguns tipos de organizações, como partidos, ou então não se identificam com o formato dos movimentos, não se identificam também com o formato das lutas da esquerda, que tá muito desgastado, aquela coisa parada, do carro de som, aquele discurso, todo mundo querendo colocar sua opinião e seu ponto de vista pro público que está ali embaixo ouvir e aplaudir. Esse tipo de mobilização não atrai o setor que está querendo tomar as ruas, as mulheres, a juventude que está sendo protagonista das lutas mais bonitas do país, a Frente Povo Sem Medo tem se esforçado em construir mobilizações que possam ser atrativas para essas pessoas.

JOSUÉ: A respeito dessa questão das eleições é uma discussão que a gente vem fazendo já há um bom tempo. O MTST tem uma posição definida e clara já há um bom tempo e optou por não colocar publicamente para facilitar a construção, a gente não queria ser um movimento que lançasse a posição e venham todos conosco, a ideia era tentar construir de fato um processo. O que a gente vem discutindo desde o início é o seguinte: tem um processo de mobilização importante que foi construído na luta contra o golpe. A gente sabe o que a gente vai enfrentar pela frente, nesse governo golpista, então a gente não pode, num pós-golpe, com votação no senado, ficar paralisado, não ter uma posição definida enquanto frente, vamos nos mobilizar, na paulista, na casa do Temer. É claro que uma hora tem um limite, a mobilização vai diminuindo se você não coloca um fato novo, e agora estamos conseguindo definir de maneira mais clara essa questão das eleições. Mas o mais importante é a gente não se paralisar.

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

NATÁLIA: A gente aprovou uma carta de princípios, umas das coisas é a aprovação por consenso, porém, isso não pode impedir mobilizações e definições da frente, então se em determinado momento existe um apelo pela maioria de determinada mobilização ou política que seja importante, alguns setores ou não assinam, ou não participam, mas não pode engessar. Sobre as eleições, pensamos mais do ponto de vista da unidade, para nós era muito mais interessante construir junto com movimentos expressivos, como o MST e outros que estão na Frente Brasil Popular, mobilizações com uma pauta gestada junto, do que sair na frente achando que estava com a pauta correta. Para nós é importante discutir o que vai ser o pós-Fora Temer, qual que vai ser a pauta que dá continuidade e tem gente que não tá pensando assim, tem setores que estão pensando na sua própria auto construção, estão pensando em 2018, isso é o que mais tem travado as mobilizações. Se a gente for pensar o que vai ser do povo brasileiro, dos movimentos sociais brasileiros, se esse governo se consolida, a mobilização não sai da rua, a gente não consegue fazer outra coisa se não propor algo que possa, de fato, tirar esse cara de lá. Se esse governo se consolida, o que que vai ser de nós? Criminalização dos movimentos, retirada de direitos de forma aceleradíssima, então pra nós a continuidade dessa luta está pautada nisso.

Joaquim: Em alguns debates que nós temos feito com diversos setores da esquerda, às vezes vemos alguns discursos como se o golpe ainda fosse acontecer, mas está dado. Por isso a necessidade de ser mais contundente, falar em eleições tem o sentido de acumular mais força para tirar o Temer.

EDUARDO: No começo da entrevista vocês apresentaram que o MTST tem como perspectiva, além da luta pela moradia, o acúmulo de forças para uma luta política mais geral. Nas últimas três décadas o PT foi protagonista dos principais processos que a esquerda brasileira protagonizou, tendo como ponto

alto os governos Lula e Dilma. Como que vocês estão vendo a organização da esquerda brasileira no próximo período?

NATÁLIA: Esse é um tema que está exigindo de todos os atores que estão nas ruas pensar sobre ele. A gente avalia que tem um ciclo que se fecha, é difícil dizer também que é o fim de determinadas coisas, porque, o fim é uma coisa que pode ser um processo. Talvez esse momento exija uma reconstrução da esquerda, uma capacidade de se reinventar para dar conta dos desafios que estão colocados. Nós temos uma experiência no Brasil com um governo popular, que tivemos uma série de críticas, mas que teve avanços importantes, conquistas importantes, visto que o Brasil é um país extremamente desigual. Agora a esquerda precisa ser ousada, precisa ser radical e precisa avançar nos instrumentos de radicalização da democracia e das reformas que o país precisa. É necessário pautar novamente reformas estruturais para o país.

Acho que o maior desafio hoje da esquerda brasileira é conseguir reinventar métodos que consigam dialogar com quem não está no rótulo da esquerda, nos movimentos e que possa a partir daí fazer as mudanças que são necessárias, eu acho que esse ciclo mostra que as mudanças necessárias pro Brasil só vão vir com grande mobilização social. Esse é inclusive um dos problemas dos últimos anos, uma estagnação muito grande dos movimentos, a esquerda saiu das periferias, saiu das ruas e foi ocupar outros espaços. Não que não sejam importantes, mas deixou as ruas, os bairros vazios, e lá entrou Feliciano, entrou a direita, recentemente na luta do golpe o Movimento Brasil Livre fazia panfletagem no Capão Redondo com o pixuleco do Lula, e não foi espancado. O desafio da esquerda é retomar a disputa da consciência das pessoas, ter a capacidade crítica de aceitar os erros que foram cometidos, durante esses treze anos e ter condições de fazer a disputa nas ruas. Se a gente não tiver força de mobilização nas ruas, nós não vamos ter quem nos represente, não adianta a gente pensar em 2018, a gente tem que pensar em mobilizações

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

que possam fazer com que talvez em 2018 ou nos próximos anos tenham lideranças que sejam capazes de contribuir institucionalmente, a gente tem uma inspiração muito forte no Podemos, que é uma experiência interessante de reorganização da esquerda. Uma parte da esquerda gosta de taxar muito tudo que foge do que é quadrado, mas pra nós é uma experiência muito interessante. O relato que nós temos, é que há um caldo de construção de uma nova esquerda muito importante no Podemos, um dos objetivos da Frente Povo Sem Medo é fazer essas discussões de forma mais transversal, não só mobilizações de luta por moradia, mas mobilizações de luta política, de luta das mulheres, de luta contra a homofobia, de luta pelo trabalho, de luta contra o aumento do custo de vida, e tudo isso precisa ser construído num espaço amplo.

JOSUÉ: A gente percebe que tem uma disposição de mobilização que não passa necessariamente por uma organização tradicional da esquerda, e que tem crescido no país, como é que a gente consegue construir uma articulação da esquerda que compreenda isso, e que consiga tornar esses processos de mobilizações, de fato, em algo permanente e que tenha como fruto mudanças radicais no país? Eu acho que esse é um desafio pra esquerda nesse momento. O Podemos foi um exemplo, se não houvesse o processo de mobilização dos indignados no início, não teria acontecido, os intelectuais poderiam se reunir para discutir ‘o que vamos fazer com a esquerda?’ Mas o que impulsionou isso foram as mobilizações. A esquerda tradicional pode se reunir e discutir o que vai ser da esquerda, mas se não houver uma compreensão de que é necessário ir além disso, vamos manter o que já existia.

NATÁLIA: A vanguarda brasileira vai ser composta por aqueles que acertarem na política, que conseguirem conduzir as ruas na maneira correta, conduzir no sentido de levar as pautas que são importantes, que são concretas, que são reais, que possam propiciar de fato uma convulsão, a gente só vai ter um proces-

so real, quando a gente tocar nas pautas reais. A questão das eleições diretas é uma pauta concreta, não é a luta necessariamente por comida, mas é uma luta que pode propiciar uma perspectiva para as pessoas, parte da população brasileira hoje que não aceita a Dilma, mas não quer o que está acontecendo no país. Aqueles que pensam e se dedicam a pensar um país socialista, uma revolução brasileira, em como seria um país pós-revolução precisam estar colados nos movimentos reais de rua, aí sim a gente vai ter, certamente, a consolidação de um movimento, de uma vanguarda, no sentido de direção política, e não no sentido restrito de grupos pequenos. A vanguarda brasileira vai ser feita por favelado, por pessoas que estão em situações precárias de vida, junto com aqueles que têm mais condições e que talvez sejam teóricos também desse processo. Por isso, a Frente Povo Sem Medo se esforça em ter um espaço onde haja contribuições teóricas, mas aonde a condução principal seja dos movimentos sociais, que são aqueles que vão tomar as ruas.

ENTREVISTA

NATÁLIA E
JOSUÉ,
DO MTST

COLABORAM NESTA EDIÇÃO:

JUAREZ GUIMARÃES

Professor de Ciência Política da UFMG e autor, entre outros livros, de *Democracia e marxismo. Crítica à razão liberal* (Xamã, 1998) e *A esperança crítica* (Scriptum, 2007). Pesquisa principalmente nas áreas de teoria política.

GUSTAVO CODAS

Economista pela PUC-SP. Mestre em relações internacionais pelo Programa San Tiago Dantas, UNICAMP. Doutorando em energia na UFABC.

MARCELO FRAGOZO DOS SANTOS

Assessor da Secretaria Nacional de Relação com os Movimentos Sociais da CUT Brasil e mestrando no programa “Estado, Governo e Políticas Públicas”, do convênio entre a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e a Fundação Perseu Abramo.

JANESLEI APARECIDA ALBUQUERQUE

É professora da rede estadual do Paraná, Secretária de Formação da APP Sindicato e Secretária Nacional de Relação com os Movimentos Sociais da CUT Brasil.

NALU FARIA

Psicóloga. Coordenadora geral da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde*, a coleção *Cadernos Sempreviva* e o boletim *Folha Feminista*.

TICA MORENO

Socióloga e doutoranda em sociologia. Milita na Marcha Mundial das Mulheres e integra a equipe da SOF. Organizou, entre outras publicações feministas, a edição *Reflexões e práticas da transformação feminista*; e com Nalu Faria, *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres (Cadernos Sempreviva)*.

BRUNA ROSA DE ALMEIDA

Conselheira do Conselho Estadual de Juventude do Rio Grande do Sul. Compõe o Movimento da Juventude Petista.

Militante da Marcha Mundial de Mulheres.

Estudante de Marketing na Faculdade SENAC Porto Alegre.

MÁRCIO CAETANO

É gestor, produtor e consultor de projetos e políticas culturais. Foi secretário executivo da Secretaria de Cultura de Fortaleza na gestão Luizianne Lins PT (2005-2012). Membro do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura.

ENTREVISTA**JOAQUIM SORIANO**

Diretor da Fundação Perseu Abramo. Participou da Executiva Nacional do PT por vários anos, ocupando as secretarias de Finanças, Organização, Geral e Formação. Diretor do NEAD/MDA entre julho de 2009 e dezembro de 2012.

EDUARDO VALDOSKI

É jornalista e militante do Coletivo Arrua. Ex-militante e dirigente da Juventude do PT. Atuou no governo Fernando Haddad (SP) e foi coordenador-geral de movimentos urbanos da Secretaria de Governo da Presidência da República (segundo governo Dilma Rousseff).

NATÁLIA SZERMETA E JOSUÉ ROCHA

São membros da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A Revista Democracia Socialista foi produzida em São Paulo, em julho de 2016.
O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro sobre papel pólen soft 80 g/m².
Tiragem de 2.000 exemplares.



Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br